

A black and white photograph of a person climbing a large, gnarled tree. The person is seen from behind, wearing a light-colored shirt and dark pants, with one leg raised to grip a branch. The tree's trunk and branches are silhouetted against a bright, hazy sky, likely at sunset or sunrise. The background shows a dense forest of trees.

ESCRAVOS DA ERVA

POLIANA DALLABRIDA

ESCRAVOS DA ERVA

POLIANA DALLABRIDA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
JORNALISMO UFSC – 2016.1

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
JORNALISMO UFSC - 2016.1

ORIENTADOR

Carlos Augusto Locatelli

TEXTO, EDIÇÃO E FOTOS

Poliana Dallabrida

REVISÃO

Daniel Giovanaz e Poliana Dallabrida

PROJETO GRÁFICO

Alice da Silva

DIAGRAMAÇÃO DE MIOLO

Alice da Silva e Poliana Dallabrida

Aos trabalhadores rurais do Brasil.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|----|
| PRÓLOGO | 17 |
| 1 DA CUIA À PONTA DO FACÃO | 19 |
| 2 SENHORES DA ERVA | 39 |
| 3 ANTES DE TAREFEIROS, CABOCLOS. | 60 |
| 4 LUTO, LUTAREMOS, LUTARÁS | 72 |



Tarefeiro em fazenda de extração de erva-mate no distrito de
Marechal Bormann, Oeste de Santa Catarina



Neide Bonzano criou sozinha os cinco filhos com o
salário de trinta anos no corte da erva



José Roteles, de Ponte Serrada, no Meio Oeste Catarinense, perdeu parte de um dedo da mão esquerda com o facão



Próximo a Chapecó, em Santa Catarina, tarefeiro corta o galho da erveira para formar os raídos



A altura de uma erveira pode chegar a 10 metros.
Não é sempre que os cortadores usam equipamentos de segurança



Mãos de Aquimar Rech, tarefeiro de Catanduvas,
Capital Catarinense do Chimarrão



Trabalhadora arrasta os raídos que serão entregues à
Barão de Cotegipe, terceira maior ervateira do país



Morador de Palmas, no Sudoeste Paranaense, Anderson Carmargo tem 18 anos e trabalha desde os 11 com a erva

PRÓLOGO

Do Sudeste do Paraná ao Noroeste do Rio Grande do Sul, centenas de famílias trabalham em condições análogas à escravidão no corte da erva-mate. Sem banheiro, água potável, comida quente ou renda fixa, os tarefeiros – nome dado aos caboclos responsáveis pela colheita – realizam a extração da erva nos mesmos moldes do século XIX, quando os espanhóis começaram a exportar o produto pelo Rio da Prata.

A partir de 2005, auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) iniciaram uma série de operações de combate ao trabalho escravo na região Sul do país. Multas e autuações aos empresários do setor forçaram mudanças na forma de explorar a mão-de-obra dos tarefeiros. Fiscais do Paraná e de Santa Catarina resgataram 1.813 trabalhadores rurais em situação análoga à escravidão entre 2007 e 2015, mas os cortes recentes no

orçamento da pasta colocam em risco os avanços obtidos nos últimos nove anos.

Além da falta de fiscais e da diminuição da verba para viagens ao interior, as ações para erradicação do trabalho escravo podem sofrer outro duro golpe em Brasília: parlamentares da bancada ruralista tentam suprimir desde 2012 os termos “jornadas exaustivas” e “condições degradantes” da lista de elementos que caracterizam essa prática no artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

A erva bebida em forma de chimarrão, tererê ou chá é cultivada nos três estados do Sul e no Mato Grosso do Sul. O mercado do chá-mate está em pleno crescimento, e o produto brasileiro é consumido em mais de 80 países, segundo informações da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

Orbitando entre a mão-de-obra servil e o trabalho formal, cerca de três mil homens e mulheres, em quase 600 municípios brasileiros, cortam a erva-mate que será exportada para quatro continentes. Sem perspectivas de mobilidade social, o movimento do facão é o que embala a vida dos tarefeiros. De segunda a sábado, até o fim de suas vidas.

DA CUIA À PONTA DO FACÃO

O trabalho análogo à escravidão na colheita da erva-mate

O sol desponta entre as montanhas de Bituruna, no Sudeste do Paraná, enquanto Celso, Flávio e Agnelson Apolinária da Mota esperam o transporte que os levará aos ervais da zona rural do município. Flávio, de 23 anos, e Agnelson, de 17, são irmãos e colhem erva-mate desde os dez, idade em que as crianças pobres de Bituruna tornam-se tarefeiras. Foi assim com seu padrasto Celso, que aprendeu com o pai, que aprendeu com o avô.

A família Mota vive em dois barracos de compensado de madeira no bairro Santo Antônio – Flávio e Agnelson, em um; a mãe, Rita Aparecida, o marido e seus cinco filhos, em outro. As moradias dos tarefeiros e de outros trabalhadores do bairro foram doadas pela Paróquia de Bituruna. Desde o ano passado, as famílias da comunidade vêm sendo transferidas para a parte mais alta do Santo Antônio, que está repleta de construções de

madeira e alvenaria do Programa Nacional de Habitação Rural e do projeto estadual Morar Bem. Os Mota vivem de forma improvisada, sem portas para dividir os quartos ou banheiro dentro da casa, enquanto aguardam na fila da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar).

É Rita quem prepara o café e a marmita do marido. Nem amanheceu e a casa cheira a frango frito. Para se aquecer do frio de Bituruna, o casal queima toras de madeira no fogão a lenha. Até a casa mais simples do bairro possui uma chaminé no telhado – só assim para aguentar as temperaturas negativas da região, uma das mais frias do país. Flávio, que mora em frente, é casado e tem um filho de quatro anos. A esposa, de 19, está em sua cidade natal para cuidar da mãe doente.

Além da extração de erva-mate, os habitantes da zona rural de Bituruna trabalham no corte de madeira, em pequenas agroindústrias e na produção de vinho, um dos símbolos do município. Os visitantes que chegam pela rodovia PR-170 dão de cara com um garrafão gigante, instalado no trevo que dá acesso à cidade de 17 mil habitantes.

A população rural do município é formada por trabalhadores assalariados e pequenos agricultores. Devido à falta de continuidade dos programas de incentivo às famílias agricultoras, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a pobreza rural em Bituruna só cresce. Tarefeiros e outros terceirizados sem vocação para o cultivo são vizinhos de agricultores sem dinheiro e assistência técnica para produzir.

Flávio, o padrasto e o irmão calçam botas velhas para o trabalho no erval. O calçado não impede o conta-

to dos pés com o orvalho gelado dos pastos, mas protege contra picadas de cobra. Enquanto esperam o carro, os três tarefeiros esfregam as mãos para tentar driblar o frio. Levam a cuia e a garrafa térmica na mochila. O frio que os espera nos ervais é pior, e se somará ao cansaço, que fastigará seus corpos e pedirá um pequeno descanso no meio da manhã.

O motorista responsável pelo transporte dos trabalhadores logo chega ao Santo Antônio. Outrora cortador de erva-mate, ele agora é o encarregado do patrão para levar e trazer os tarefeiros e fiscalizar a colheita. Os patrões ou “empreiteiros” vivem da venda de erva-mate às indústrias.

Para saciar a vontade de milhões de pessoas habituadas a tomar chimarrão diariamente, o grupo precisa ir longe. Flávio Apolinária da Mota e outros quinze trabalhadores seguem por estradas de terra em direção aos ervais nativos escondidos no meio da mata, nos arredores de Bituruna. O melhor chimarrão, chá mate ou tererê – resultado da mistura com suco de frutas, açúcar e gelo – é feito com folhas da erva nativa, de árvores que crescem naturalmente nas florestas de araucárias e imbuias do Sudoeste e Sudeste do Paraná, do Planalto Norte, Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina e em municípios localizados ao longo do Rio Uruguai, no Noroeste do Rio Grande do Sul.

A turma de tarefeiros se divide e começa a cortar os galhos das erveiras no local indicado pelo patrão. Uma árvore nativa pode chegar a dez metros de altura. Flávio segura firme no tronco e sobe se apoiando nos galhos. Os trabalhadores não usam luvas. O orvalho que restou da geada da madrugada logo congela os dedos,

enquanto o frio queima lábios. É difícil segurar o facão e ter força para realizar os movimentos repetitivos da poda. De cima para baixo, da direita para a esquerda. Os galhos caem ao chão cortados em linhas transversais para que a água da chuva não acumule no caule e apodreça a planta. Uma poda mal feita pode comprometer por até dois anos o crescimento de um erval.

Assim que a fadiga e o frio se tornam insuportáveis, os cortadores descem das árvores e começam a juntar os galhos em fardos de 70 a 100 quilos. O facão é usado para deixar as folhas da erva com a menor quantidade possível de galhos. Se a erva tiver muito “palito”, o pagamento pela colheita é reduzido. Os fardos, chamados de raídos, são unidos por pedaços de tecidos ou taquaras. Com a ajuda de cavalos ou tratores, os raídos são arrastados até os caminhões. Sem máquina para içá-los, Flávio e os outros trabalhadores levantam e empurram os fardos molhados e pesados para dentro da caçamba.

O cheiro de gás liberado pelo liquinho indica a hora da pausa para o almoço. Um a um, os tarefeiros esquentam a marmitta feita em casa. Quando o fogareiro não liga, o jeito é comer a boia fria. Apesar de ver todos os dias pela janela da Kombi plantações de aipim, batatinha, cebola e outras frutas, legumes e hortaliças, o tarefeiro tem o almoço pouco colorido: todos os dias, só o que come é macarrão e carne; arroz e frango; carboidrato e proteína.

Depois de 40 minutos de pausa, meio em pé meio de croque, os tarefeiros voltam às erveiras. Não há quantidade mínima ou limite de poda. Os capatazes e os donos das ervateiras pagam por arroba colhida, o equivalente a 15 kg. O preço varia entre R\$ 2,50 e R\$

3,50. Aos 23 anos, Flávio Apolinária da Mota consegue colher, em média, 40 arrobas por dia, e o preço tabelado por seu atual empregador é R\$ 2,60. Como o pagamento está sujeito à produtividade o tarefeiro não recebe quando chove demais e a erveira fica pesada, nem quando fica doente e tem que faltar ao trabalho. O cortador também precisa fazer esforço dobrado quando o clima é muito seco e a árvore cresce pouco: com as folhas leves, é mais difícil fechar uma arroba.

Os tarefeiros colhem até 600 quilos de erva por dia, em jornadas que variam de seis a dez horas. Flávio não tem carteira assinada. O empreiteiro mantém contratos de trabalho de 15 dias, e renova pelo mesmo período se o cortador corresponder às expectativas. Para evitar perda de tempo e economizar no traslado, alguns capatazes levam turmas de trabalhadores para acampar no meio da mata por até duas semanas. Lá, eles ficam à mercê dos alojamentos oferecidos pelos patrões e empreiteiros. Para os fiscais do MTE, esses intermediários entre o trabalho da colheita e a indústria são conhecidos como gatos.

Quando o sol desaparece no horizonte de Bituruna, Flávio chega em casa e descansa o corpo magro em uma cadeira de palha na varanda. Esfrega bem as mãos, mas algumas manchas nunca saem. Nos dedos e nos braços longos, traz consigo algumas tatuagens e marcas de facão. No rosto, os 23 anos parecem se transformar em 30, ou mais. O jantar será servido na casa da mãe, onde todos tomam chimarrão e dormem cedo – é preciso descansar os músculos do trabalho de hoje e prepará-los para fazer o mesmo amanhã.

Desde 1940, o artigo 149 do Código Penal considera crime “reduzir alguém a condição análoga à de

escravo". Este artigo foi revisto e ampliado em 2003, e passou a incluir situações em que o empregador oprime o funcionário "quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção". Distantes dos grandes centros urbanos, onde ocorre a maior parte das fiscalizações, o assalariado rural torna-se mais suscetível ao descumprimento das leis trabalhistas e, em casos extremos, a atividades em condição análoga à escravidão.

Trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e condições degradantes são os quatro elementos que configuram o trabalho escravo, de acordo com a legislação brasileira. O Código Penal prevê que a constatação de uma dessas quatro condutas é suficiente para caracterizar crime contra a dignidade humana. No corte de erva-mate, as jornadas exaustivas e as condições inadequadas de alojamento dos tarefeiros costumam justificar os resgates e a aplicação de multas aos empresários.

Em 2009, um grupo de fiscais do MTE esteve no acampamento onde Flávio e Celso trabalhavam, na fazenda Faxinal dos Santos, perto da divisa entre General Carneiro e Bituruna, a 275 km da capital, Curitiba. Com eles, outros 30 tarefeiros colhiam erva-mate em um terreno que pertencia à Madeireira Miguel Forte, de União da Vitória, também no Paraná.

Em pleno inverno, os trabalhadores dormiam em nove barracos construídos com troncos de árvores cobertos apenas por lonas. Uma chuva um pouco mais forte e todas as cabanas poderiam desmoronar. Não havia instalação elétrica ou sanitária, nem água potável. O banho era

de sanga, em um riacho próximo ao alojamento. Como o empreiteiro não visitava o erval havia vários dias, a comida estava quase no fim.

A equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), formada por integrantes do MTE e do Ministério Público do Trabalho (MPT), multou a madeireira em R\$ 300 mil. O diretor da Miguel Forte era, por coincidência, o então presidente do Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose do Paraná (Sindipapel), Rui Gerson Brandt, que assinou um acordo para pagar a multa em forma de dano moral coletivo.

Instituído pela Constituição Federal de 1988, o dano moral coletivo visa reparar a sociedade por ofensas a direitos fundamentais ou à dignidade humana. O dinheiro recolhido não é remetido diretamente aos trabalhadores lesados, mas encaminhado a instituições de interesse social, como associações e ONGs (Organizações Não Governamentais). Flávio, com 16 anos à época do resgate, recebeu apenas o valor referente à rescisão do contrato com a Madeireira Miguel Forte – cerca de R\$ 2 mil.

A mãe do jovem cortador de erva lembra que o patrão tentou “pegar de volta o dinheiro dos peões” – a empresa autuada pressionara o empreiteiro para retornar o que fora pago aos tarefeiros. “Eu lembro que o Celso disse que não, que com aquele dinheiro iria ajudar a família”, acrescenta a mulher de longos cabelos pretos. Rita afirma, no entanto, que parte dos tarefeiros devolveu o montante final da rescisão. “Tem quem diga que esse dinheiro não é nosso, que é do patrão. Mas eu acho que é nosso direito, né?”. A pergunta retórica é seguida de um olhar fixo, que clama por aprovação.

Flávio sabe que seu atual patrão também está irre-

gular e que pode ser multado por isso, mas não pensa em denunciá-lo. “Se não é na erva, onde eu vou trabalhar?”, afirma o jovem que estudou até a 8ª série. Desde 2011, ele não fica em acampamentos. Tentou arrumar um emprego como frentista em dois postos de gasolina do município, mas não havia vagas. Passou a trabalhar então como “orelha”, subordinado ao empreiteiro que vende a erva colhida à indústria. Nessa função, trabalhou para cinco patrões diferentes em Bituruna.

Em seis meses nas fazendas de extração de erva-mate, o tarefeiro viu o valor da arroba diminuir duas vezes – começou com R\$ 3,00, passou para R\$ 2,80 e agora o patrão paga R\$ 2,60. “Só que R\$ 2,60 era quando eu tinha 13, 14 anos”, argumenta Flávio. “Ele disse que a erva baixou, mas acho que ele me passou papo. Porque a erva tem consumo em tudo o que é lugar, né? Eu acho que não poderia ter baixado assim”, completa.

O valor pago a Flávio Apolinária da Mota varia entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00 por quinzena. Há cinco meses que a família voltou para Bituruna. Antes, moravam em Itaiópolis, a 250 km. “Uma pena que o aluguel era caro, mas lá nós ganhávamos muito melhor”, afirma. O salário do tarefeiro no município do Planalto Norte Catarinense chegava a R\$ 700,00 por quinzena. “E aqui, pra ganhar R\$ 600,00 pila, o cara tem que pedalar um mês quase. É uma exploração desgraçada”.

A “exploração desgraçada” no corte da erva-mate é uma condição antiga da família Mota. Rita Aparecida criou Flávio e seus irmãos no erval. A ex-tarefeira lembra que os filhos pequenos se divertiam no mato, enquanto os mais velhos ajudavam nas tarefas mais simples da poda. A filha mais nova, ainda bebê, acompanhava com os

olhos o trabalho da mãe.

A rotina de Rita no acampamento era acordar os filhos, dar a cada um o pequeno pedaço de pão que lhes cabia e começar a cortar erva. A bebê, envolvida em uma mantinha de pelo, era posta em uma caixa de isopor. Rita se trepava na erveira e começava a cortar os galhos, enquanto espiava a filha que dormia tranquila aos pés da árvore. Nas mãos, a criança segurava com os dedinhos miúdos uma coxa da galinha. “Eu dava a coxinha de galinha para ela lambar. Ela comia, dormia, comia, dormia”, lembra Rita com um riso quase sem dentes.

Táisa Apolinária dos Santos, a menina que roía a coxa de galinha no erval, tem hoje 15 anos, uma filha de seis meses e um marido tarefeiro. Assim como os irmãos Flávio e Agnelson, estudou até a 8ª série. Rita tem outros quatro filhos: uma menina de 16 anos, também casada, um menino de 11 e duas gêmeas de 12, os únicos que ainda estudam. Rita e Celso se viram para assinar o nome e fazer umas continhas.

NÚMEROS DA ERVA

Segundo o relatório da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) de 2014, o último organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de erva-mate no Brasil foi de 333,8 mil toneladas naquele ano, o equivalente a 403 milhões de reais de faturamento bruto. Além do indicador PEVS, o IBGE realiza anualmente a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). Os números de 2014

para o setor ervateiro indicam que o Brasil produziu 602 mil toneladas de erva-mate – 276,2 mil no Rio Grande do Sul, 225 mil no Paraná e 98,5 mil toneladas em Santa Catarina.

Comparada a outras atividades agropecuárias, a extração da erva-mate não tem grande impacto sobre a economia nacional. A soja, por exemplo, uma das principais *commodities* agrícolas do país, tem sua produção na casa dos 100 milhões de toneladas colhidas ao mês, e em 2015 gerou mais de R\$ 90 bilhões de faturamento bruto. Em março deste ano, só no Sul do Brasil, o volume da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas foi de 75,2 milhões de toneladas. Se não pelo montante econômico envolvido, a importância do setor ervateiro pode ser explicada pela singularidade do cultivo.

Todo o mate consumido no mundo nasce em ervais localizados em quatro estados do Brasil, nas províncias de Corrientes e Misiones, na Argentina, e no Paraguai. O mate colhido nessa região de clima subtropical e temperado é exportado para mais de 80 países, de acordo com o Departamento de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Os principais destinos das exportações da erva-mate gaúcha são Uruguai, responsável por 96,5% das importações, Chile, com 1,4%, e Espanha, com 0,7%.

Os três estados da região Sul e o Mato Grosso do Sul são os únicos produtores de erva-mate no Brasil. Em 2014, ainda segundo os números da FIERGS, eram 77,6 mil hectares plantados – 45,6% no Rio Grande do Sul, 17,3% em Santa Catarina, 36,9% no Paraná e 0,4% no Mato Grosso

do Sul, estado que começou a cultivar a erva apenas em 1997.

Economistas da FIERGS divergem dos resultados do IBGE em relação à quantidade de erva-mate colhida em 2014. Se, no relatório da PEVS, a produção foi de pouco mais de 300 mil toneladas no ano de 2014, segundo a federação gaúcha e o PAM de 2014, esse número chegou a 602,4 mil toneladas.

Leandro Gheno, presidente da Câmara Setorial Nacional da Erva-Mate, explica que o setor ervateiro ainda “tem um conceito muito extrativista”, e que uma das principais demandas da Câmara é organizar a cadeia produtiva. “Demonstrar os números da erva ainda é algo complicado porque há certa informalidade. O que é ruim, porque você não tem grandeza exata do setor”, afirma.

Sem números exatos, o que se sabe é que o Paraná é o maior produtor de erva-mate nativa, enquanto o Rio Grande do Sul tem o maior número de indústrias ervateiras. A falta de dados relativos à colheita e aos lucros do setor contribui também para a flexibilização das relações trabalhistas. “Alguns produtores podem contratar, mas outros necessitam de terceiros. A organização da mão-de-obra para a colheita também é fundamental”, sugere Gheno.

A informalidade do setor ervateiro, que tem apenas cinco empresas com mais de cem funcionários, chamou a atenção da auditora fiscal Luize Surkamp,

que liderou o Projeto de Fiscalização Rural da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) de Santa Catarina entre 1999 e 2011. No ano seguinte, ela foi coordenadora do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), formado pela Secretaria de Fiscalização do Trabalho do MTE para reprimir o trabalho escravo no Brasil e apoiar os grupos de fiscalização das SRTEs estaduais. Hoje, o Brasil tem apenas quatro Grupos Especiais para o combate ao trabalho escravo em todo o território nacional.

Luize Surkamp nasceu em São Miguel do Oeste, município a 60 km da fronteira com a província de Misiones, na Argentina. Da varanda de casa, via o movimento de trabalhadores rurais em direção às plantações. Depois de uma passagem por Roraima, onde começou a carreira de auditora fiscal, foi transferida para a gerência do MTE em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina. Quando assumiu a coordenação do Projeto de Fiscalização Rural da SRTE estadual, com sede em Florianópolis, ela já tinha ideia da dura rotina dos tarefeiros.

No começo das operações do GEFM, Luize contava apenas com o auxílio de um funcionário para dirigir a caminhonete – ela e o motorista eram os dois responsáveis por averiguar denúncias, autuar e resgatar trabalhadores da colheita de erva-mate em Santa Catarina e no Paraná. “Os resultados das operações de fiscalização chamaram a atenção lá em Brasília, e o Ministério começou a dar um pouco mais de apoio à Luize”, conta Lilian Rezende, que assumiu o cargo da colega nas Fiscalizações Rurais em Santa Catarina e deu continuidade ao trabalho.

As condições observadas pela equipe nas fazendas de extração de erva serviram de tema para o livro

“Erva Mate - A Erva que Escraviza”, publicado por Luize Surkamp em 2012 em parceria com o auditor fiscal Benedito Lima. “Uma das primeiras questões que me saltavam aos olhos era que a ideia de trabalho escravo no universo popular é voltada para Norte e Nordeste. Como se ele não estivesse próximo da nossa casa, da nossa realidade”, relembra a auditora. A intenção ao publicar o livro era justamente mostrar que esse tipo de trabalho também ocorria no Sul do país. “Eu me deparei com realidades iguais ou piores do que encontrei na região Norte, quando era auditora fiscal em Roraima”, completa.

Entre 2011 e 2014, o GEFM percorreu centenas de quilômetros entre Santa Catarina e o Paraná para apurar casos de trabalho análogo à escravidão. Além de receber denúncias anônimas, Luize criou uma espécie de “setor de inteligência” para acompanhar a colheita da erva e fiscalizar as possíveis irregularidades no trabalho. Desde 1998, quando o número de fiscalizações do MTE começou a ser contabilizado, até 2004, nenhum trabalhador havia sido resgatado e nenhum estabelecimento rural inspecionado no Sul do Brasil.

As estatísticas começaram a mudar a partir de 2005, assim que uma operação realizada no interior do Paraná resgatou 82 trabalhadores. No ano seguinte, outras quatro operações ocorreram nos dois estados. A partir de 2007, passou de cem a média de trabalhadores resgatados pelo GEFM. Em 2010, o número chegou a 373 resgates, menor apenas do que Pará, Minas Gerais e Goiás. Em parceria com promotores do MPT e policiais federais, quando havia ameaças à equipe, Luize coordenou o resgate de 208 trabalhadores em condições análogas à de escravo em doze fazendas de

extração de erva-mate entre os anos de 2008 e 2010.

Os municípios que a equipe visitou ficam à beira de rodovias por onde passam caminhões carregados de milho e soja com destino ao Porto de Paranaguá, maior exportador de produtos agrícolas do Brasil. Eucaliptos e as poucas araucárias que sobraram na vegetação nativa compõem a paisagem de um lado a outro das estradas estaduais e federais. Entre os vales e planaltos dessa região de campos, pequenas ervateiras foram instaladas a partir dos anos 1950. Em maio, com a chegada do frio, barracas para venda de pinhão começam a ser montadas no acostamento das vias. Alguns trabalhadores da erva-mate, inclusive, trocam de colheita nessa época do ano. “Estou com dificuldade para arrumar peão para trabalhar na erva porque a maioria está no pinhão, já que lá eles pagam R\$ 3,00 a arroba”, lamenta um empreiteiro do município de Pinhão, no Paraná.

No combate ao trabalho escravo, a rota do GEFM incluía Bituruna, General Carneiro, Coronel Domingos Soares, Clevelândia e Palmas, no Paraná, e Calmon, em Santa Catarina: de um lado ou de outro da fronteira, as condições degradantes se repetiam.

A pobreza e concentração fundiária no interior servem de insumo para a multiplicação dos casos de trabalho análogo à escravidão. Os municípios fiscalizados por Luize Surkamp têm até 45 mil habitantes e estão localizados no Centro-Sul Paranaense, uma das regiões mais pobres do estado, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,73. Calmon, no Meio Oeste Catarinense, tem o segundo pior IDH do estado – 0,622.

A cada fazenda que a equipe visitava, apareciam novas situações flagrantes de trabalho escravo. Ranchos

de madeira sem luz elétrica ou água encanada eram o que os empregadores chamavam de alojamento. Sem divisão entre os cômodos, os tarefeiros faziam suas refeições no mesmo local onde dormiam. Não havia camas ou beliches. Os colchões eram dispostos pelo chão, quase sempre de terra batida. Usar o banheiro era outro calvário: o banho era em riachos poluídos ou em chuveiros com os fios elétricos expostos. Necessidades fisiológicas eram feitas no mato ou ao lado da ducha, em buracos cavados no chão.

No mato, os tarefeiros não recebiam os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) recomendados para a extração de erva-mate. Não havia luva anticorte, capacete ou cinto para subir com segurança nas erveiras. O facão, cada trabalhador trazia de casa – este sim, o verdadeiro registro profissional do tarefeiro. Ao final da empreitada, alguns ainda deviam para o patrão: quando ficavam doentes e não podiam trabalhar, terminavam sem o valor necessário para pagar o rancho realizado no início da tarefa. De Norte a Sul, peão com nome sujo, empreiteiro nenhum contrata.

Devido a esse intenso trabalho de fiscalização e busca ativa de irregularidades no campo, acampamentos com barracos de lona para abrigar tarefeiros se tornaram exceções. Os auditores fiscais e procuradores afirmam, no entanto, que falta vontade política para continuar com as inspeções nas fazendas, assegurar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e garantir o registro profissional dos cortadores de erva-mate.

A existência de trabalho escravo no Brasil após a Lei Áurea foi reconhecida pelo Estado em 1995. Vinte

anos antes, em São Félix do Xingu, no Sudeste do Pará, o bispo Pedro Casaldáliga escreveu “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, primeiro documento que tornou públicos casos de trabalhadores em regime servil contemporâneo no país. No mesmo ano em que o texto foi lançado, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fundou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para assessorar os cidadãos que fugiam das fazendas e não tinham para onde ir. Dos anos 1970 até hoje, a CPT promove campanhas de combate ao trabalho escravo e divulga anualmente relatórios sobre assassinatos e outros tipos de violência no campo.

O governo brasileiro passou a implementar políticas de erradicação do trabalho análogo à escravidão após uma série de pressões da Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual é Estado-membro desde 1948. A CPT encaminhou uma denúncia à OEA em 1994, relatando o caso do trabalhador Zé Pereira e seu amigo conhecido como “Paraná”, ambos com 17 anos. Em 1989, os dois peões acumulavam dívidas e não podiam abandonar a fazenda de extração de madeira na região de Carajás, no Pará. Quando tentaram fugir, foram seguidos por campangas, que usaram armas de fogo. “Paraná” morreu no local e Zé Pereira, ferido com um tiro no olho, se fingiu de morto e conseguiu escapar. “O Brasil fez um acordo com a OEA, reconhecendo o problema e prometendo erradicá-lo”, explica Luiz Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Após admitir que havia trabalho escravo, o Brasil criou o Grupo Interministerial para Erradicação do Trabalho Forçado (GERTRAF) e os GEFMs. Novas ações de com-

bate surgiram nos anos seguintes, com a instalação da primeira estrutura oficial para o tema – a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE). Em 2003, é publicado o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. “No comparativo com outros países, o Brasil se destaca. São 14 comissões estaduais de erradicação do trabalho escravo, no modelo da Comissão Nacional, todas com plano de ação”, afirma Machado.

De 1998 a 2015, 49 mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas à escravidão no Brasil. Só no ano passado, foram 1.010 trabalhadores encontrados por GEFMs em todos os estados. O maior número de resgate de trabalhadores em 2015 ocorreu na construção civil, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e em fazendas de café em Minas Gerais. As regiões Norte e Nordeste ocupam o segundo e terceiro lugares, respectivamente.

A extração de madeira e erva-mate e as colheitas de cebola, tomate e maçã são as atividades rurais com maior incidência de trabalho análogo à escravidão em Santa Catarina e no Paraná. As culturas que usam mão-de-obra de terceirizados ficam em áreas sem vocação para o cultivo intensivo de grãos. Sem emprego na cidade, resta ao trabalhador se sujeitar às condições oferecidas pelos fazendeiros.

Um novo instrumento de combate ao trabalho escravo foi criado em 2003: a Lista Suja. O cadastro, organizado pelo MTE e pela extinta Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), reúne os nomes de pessoas físicas e jurídicas que submeteram trabalhadores a condições degradantes, consideradas análogas à escravidão.

A última atualização da Lista Suja, em fevereiro deste ano, contém 340 empregadores. A maior parte dos resgates ocorreu na zona rural, em atividades relacionadas a agricultura e pecuária. Há também casos de inclusão na Lista Suja de empregadores da área urbana, como a Construtora MRV, uma das maiores empresas da construção civil do Brasil, e a loja de departamento Renner, presente em todos os estados.

No Sul, não há trabalhadores escravizados em fazendas de criação de gado ou em áreas de corte de cana-de-açúcar. Também é incomum a presença de pistoleiros ou capatazes para impedir a fuga de trabalhadores. Ainda assim, como em todo o Brasil, são de atividades rurais a maioria dos empregadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul presentes na Lista Suja. No total, 27 estabelecimento do Sul do Brasil compõem o cadastro, cinco deles do setor ervateiro.

Na varanda da casa de madeira que construiu em um terreno ocupado no bairro Chácara Fritz, em Catanduvas, Aquimar Rech, de 40 anos, descalça as botas e pendura as luvas de trabalho ao lado da porta. Ele começou a tarefa do dia às seis horas e no final da tarde, perto das cinco, retornou à comunidade com outros dois vizinhos tarefeiros. “Com esses dias de seca, a erveira não cresce muito e tem pouca coisa pra tirar”, explica.

A Chácara Fritz, onde mora a família Rech, é uma região periférica do município de 10 mil habitantes no Meio Oeste Catarinense. A área fica em uma baixada, com casademadeira e compensado e algumas poucas de alvenaria. Os terrenos foram ocupados no começo da década de 1970 e, desde o ano passado, a Prefeitura Municipal

promove a regularização fundiária dos lotes. O valor para se obter a escritura é de R\$ 1 mil por terreno. Aquimar tem guardada metade da quantia necessária. “Até final do ano sai”, conta, com um sorriso aliviado.

De acordo com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Catanduvas, a população mais empobrecida do município é formada por tarefeiros da erva-mate, trabalhadores de agroindústrias e do corte de madeira. São 250 famílias com escolaridade mínima ou analfabetos, morando em residências precárias e com um “sistema diferenciado na carteira”, ou seja, “trabalhando no frio”, sem carteira assinada e com muitas entradas e saídas entre uma empresa e outra.

Os índices de alcoolismo e de álcool associado a outras drogas são altos entre essa população. Há também casos de suicídio durante o trabalho, e alguns trabalhadores desenvolvem doenças mentais e esquizofrenia. “A gente não imagina o que é passar vinte, trinta dias no mato, no meio do nada”, pondera uma assistente social que não quis ser identificada.

Aquimar Rech trabalha no corte da erva desde os 12 anos e, assim como a maioria das famílias de tarefeiros, há pouco deixou de acampar com a esposa e os filhos. “Não tinha lei, não tinha nada. Era muito sofrido”, lembra o tarefeiro. Ele já foi funcionário das ervateiras Jacutinga, Regina e Verdinha, três das cinco indústrias de erva-mate da Capital Catarinense do Chimarrão. Desde que saiu da Jacutinga, há cinco meses, Aquimar trabalha para a Ervateira Anzolin, que em duas ocasiões foi autuada por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão.

O tarefeiro de Catanduvas não tem reclamações do atual empregador: tem carteira assinada e não acam-

pa mais. Em mais de vinte anos, Aquimar nunca viu seus patrões serem abordados pela fiscalização rural – “e olha que já parei em alojamento feio”, afirma.

Os empresários do setor ervateiro, oriundos de famílias tradicionais de municípios do Sul, investem na modernização da indústria, mas padecem para garantir as normas estabelecidas com a criação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) no governo de Getúlio Vargas, em 1942. “Os fiscais tinham que bater mais nesse serviço mesmo. Eu faz quantos anos que trabalho e nunca vi”, argumenta Aquimar. “Ninguém gosta de sofrer. Trabalhar nós temos que trabalhar, mas sofrer, não”.

SENHORES DA ERVA

O que pensam os empresários sobre as fiscalizações no setor

Após ocupar o extremo Sul do país, no século XIX, os primeiros filhos de colonos italianos nascidos no Brasil começaram a subir o mapa, seguindo a curva do Rio Uruguai e seus afluentes em busca de novas terras. De Chapecó a Matopiba – acrônimo formado pelas iniciais dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, os migrantes gaúchos tornaram-se empresários, pecuaristas e plantadores de soja, preservando seus costumes e tradições e ditando os rumos da região colonizada. Na mente dos novos patrões, segue fresco o hino riograndense, composto em 1838: “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”.

A história se repetiu no setor ervateiro: bem vistos pelo poder central, os colonos italianos e descendentes brasileiros obtinham com facilidade financiamentos para construir estruturas de beneficiamento

da erva-mate. Quase 200 anos depois, os patrões da erva-mate pertencem, em geral, a famílias proeminentes do início da colonização.

Herdeiro da maior empresa de Barão de Cotegipe, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Sérgio Picolo fala com orgulho da história de sucesso do pai. Etelvino Picolo, morto em 2014, começou a “sapecar” erva-mate nos anos 1950. O sapeco é a fase inicial de industrialização do mate, quando as folhas são parcialmente queimadas dentro de grandes cilindros rotativos. Após esse processo, a folha sapecada passa pela secagem, que dura, em média, duas horas, a uma temperatura de 250 graus. Com o “sapeco” e secagem das folhas, se obtém a erva-mate cancheada. O *blend* de ervas – mistura das folhas de erveiras nativas e cultivadas – e a moagem das folhas são as últimas etapas da industrialização.

O patriarca Picolo trabalhava “não tinha hora” para modernizar o processo industrial da erva. Nos anos 1970, na Argentina, ele e o fabricante de máquinas Roberto Grim compraram um equipamento que prometia revolucionar o setor: o secador rotativo. Com o novo maquinário, o primeiro do Brasil, a erva-mate preservava a cor verde da folha mesmo depois de queimada e moída, além de fazer espuma em contato com a água, na cuia. “O pessoal ligava pedindo: ‘me manda aquela erva que tem detergente, que é a melhor que tem’”, lembra Sérgio. Etelvino Picolo foi vereador e vice-prefeito, mas em 1976 perdeu as eleições para a Prefeitura. “Foi por 32 votos. Se não, hoje seríamos todos políticos”, brinca o filho.

A Erva-Mate Barão de Cotegipe, da família Picolo, é a terceira maior do país, com 180 funcionários e uma filial em Machadinho, distante 100 km dali. A empresa

exporta a erva cancheada para quatro países – Uruguai, Síria, Turquia e Alemanha –, e acaba de firmar um contrato com uma importadora da Austrália.

Todos os 3,2 mil habitantes de Barão de Cotegipe conhecem a empresa e a família Picolo. A praça central da cidade foi rebatizada com o nome do fundador da ervateira em janeiro de 2015. No meio do terreno, o velho Picolo esculpido em bronze segura uma cuia de chimarrão. A lápide fixada ao pé da escultura traduz o sentimento de admiração pelo pioneiro: “Como um líder honrado, teve no trabalho íntegro, no esforço, na ousadia e no olhar inovador a sabedoria para as escolhas que hoje se transformaram em contribuições duradouras. Em sua coragem exemplar, tinha o sentido prático do mundo como resposta pronta ao afirmar que: ‘o maior risco da vida é não fazer nada’”.

O semblante alegre de Sérgio Picolo ao falar da trajetória empresarial da família torna-se tenso quando o assunto é a colheita da erva-mate. “É um grande problema”, admite. Para diminuir os gastos com a mão-de-obra, a empresa mantém 50 tarefeiros registrados como empregados rurais no nome de Sérgio e da irmã Rosângela, vice-presidente da Barão. Os demais trabalhadores da colheita – a quantidade de funcionários nesse regime, nem Sérgio nem Rosângela souberam precisar – são peões de empreiteiros terceirizados, responsáveis por trazer a erva-mate “no pé” ou “posta”, com os galhos da erva armazenados nos raídos. No cálculo do número de painetes para o final de ano dos funcionários da ervateira, os tarefeiros ficam de fora: “É um povo difícil de lidar”.

Audidores fiscais e procuradores têm diferentes interpretações sobre a proibição da terceirização do tra-

balho na colheita – em Santa Catarina e no Paraná, é consenso que, caso a empresa de compra e venda não tenha autonomia econômica, o empresário ervateiro está agindo para mascarar o vínculo do terceiro com a indústria.

Embora o MTE não recomende essa prática, Sérgio Picolo assume que contrata empreiteiros para realizar a colheita. Pacheco, Padilha e Bolinha são alguns dos “donos” dessas empresas terceirizadas. Nenhum dos três possui condições financeiras de manter um negócio próprio e arcar com transporte, pagamento e registro dos tarefeiros: todos os custos são pagos pela Barão. “Eles até têm uma empresa constituída no papel, mas ela não existe de fato. No cadastro, consta o endereço da casa deles, mas é o escritório [a Ervateira Barão de Cotegipe] que faz a contabilidade”, reconhece Sérgio, que diz ter herdado a visão de negócios do pai.

Um dos motivos apontados pelo empresário para realizar essa manobra é o “sistema diferente” em que os tarefeiros trabalham. Segundo ele, depois de cumprido o prazo mínimo para ter direito ao seguro desemprego, os funcionários da colheita se desligam da empresa e começam a fazer bicos em outras atividades. “Isso é normal. Quando vence aquele prazo, eles largam mão”, afirma. Para o presidente da Barão, a maioria dos cortadores trabalha o mínimo possível, “o suficiente para a comida” e, diferente dele, “não querem crescer”. Sérgio Picolo explica que “tem aquele que trabalha e aquele que deita na sombra do outro”, citando o exemplo do empreiteiro apelidado de Bolinha, que era tarefeiro e “se modernizou”, tornando-se prestador de serviços da Barão. “Eles ganham casa, ganham luz, ganham água. E chega. Não querem ter mais”, completa.

A erva-mate colhida pelos tarefeiros da Barão vem de municípios como Arvorezinha e Itaiópolis, nos arredores de Erechim, segunda cidade mais populosa do Norte do Rio Grande do Sul. A empresa também busca e recebe de empreiteiros a erva no pé, colhida em Santa Catarina e no Paraná. As folhas de ervas nativas, usadas na produção da erva-mate *premium*, a mais cara da Barão, são entregues por empreiteiros dos municípios paranaenses de União da Vitória e Cruz Machado.

Durante a safra, de maio a agosto, a Barão de Cotegipe recebe, em média, 700 mil quilos de erva-mate por mês. Forma-se uma fila de caminhões carregados com até dois mil quilos no pátio da empresa. Na chamada “safriinha”, que vai de dezembro a abril, a árvore está em fase de crescimento e a média de quilos colhidos cai para 500 mil. O valor pago pela Barão aos empreiteiros que trazem a erva varia entre R\$ 12,00 e R\$ 18,00 por arroba. Na gôndola dos supermercados, a Barão negocia a R\$ 7,00 cada quilo de erva-mate tradicional, e o preço de venda ao consumidor é de R\$ 9,99 nos mercados da região e até R\$ 25,79 o pacote embalado a vácuo na rede Angeloni, por exemplo.

A Barão de Cotegipe paga aos tarefeiros R\$ 2,20 pela arroba colhida, o menor valor entre as ervateiras da região. “É um valor muito bom”, defende Sérgio. “Alguns dos tarefeiros tem até carro, porque ganham bem e trabalham bem. Tem quem tire 140, 150 arrobas. É só querer”, completa. As 150 arrobas de erva-mate que Sérgio Picolo diz ser possível de colher em um dia equivalem a 2.250 quilos de erva – 280 quilos por hora; 4,6 quilos por minuto; 78 gramas por segundo, em uma jornada de oito horas diárias, sem descontar o intervalo do almoço.

A relação patrão-empregado ganha nuances específicas quando se trata de tarefeiros e ervateiros. Para os donos das indústrias, os trabalhadores da colheita “se acomodam” quando recebem benefícios sociais para incrementar a renda. “Não precisa ter estudo, então em qualquer vila você acha tarefeiro. E nas vilas tem aquele pessoal do Bolsa Família, Bolsa Escola...”, reclama Sergio Picolo. Os empresários do setor afirmam que é difícil contratar e manter por muito tempo um funcionário. Quando encontram alguém que pague melhor pela arroba, trocam de patrão.

As razões pelas quais o trabalho na colheita da erva-mate é precarizado também recaem sobre as costas dos tarefeiros: em suas casas, segundo os ervateiros, as condições de higiene são iguais ou até piores, e eles estão “acostumados a viver assim”. Empresários que não oferecem água potável, banheiros, equipamentos e registro profissional aos funcionários alegam que é difícil mudar porque esses costumes fazem parte do modo de vida dos trabalhadores. Para quem vivia acampado no mato e trocava trabalho por comida, direito trabalhista é luxo. “Esse tipo de colhedor de erva, o tarefeiro, é assim e vai ser sempre assim. O pai já dizia cem anos atrás”, afirma Sérgio Picolo.

Uma das terceirizadas que faz negócio com a Barão de Cotegipe é a Comércio de Erva Mate Tormen Ltda, criada por Juca Tormen e Gean Tormen, pai e filho. Gean tem 23 anos e está no último ano do curso de Administração de Empresas. Seu dia “é sempre corrido”: acorda cedo, fiscaliza a colheita de erva-mate, almoça em casa, volta ao erval e corre para a aula de musculação. Toma um banho e fica até às dez da noite na faculdade. “É corrido, mas

vale a pena”, afirma Gean. “O meu sonho é montar uma indústria de erva-mate”.

A empresa de compra e venda administrada por Juca Tormen é responsável por uma turma de 15 tarefeiros. O maior parceiro comercial da Tormen Ltda é a Barão de Cotegipe – na região de Chapecó, os Tormen são os fornecedores exclusivos da indústria gaúcha. Além da Barão, Gean e Juca vendem erva-mate no pé para as ervateiras Chirú, Três Irmãos e Ervalense.

Juca Tormen tem 47 anos e está no ramo desde os 11, quando começou a trabalhar na ervateira do tio, também em Chapecó. Quando sua empresa de compra e venda de erva foi inaugurada, em 2001, os tarefeiros não tinham carteira assinada e as empresas não exigiam a emissão de nota fiscal. “Mas aí tivemos que regularizar, meu pai tinha muito medo disso [das multas]”, conta Gean.

Hoje, todos os funcionários da Tormen são registrados e têm direito aos benefícios garantidos pela CLT. O administrador explica que os tarefeiros recebem por produção, “porque não renderia nada se eu falasse que ia pagar mil reais e pronto”. Ele acrescenta que não há como pedir uma quantidade exata de arrobas colhidas porque cada trabalhador tem seu ritmo.

Como a maioria dos ervateiros, Gean afirma que tem dificuldade “para lidar” com os funcionários da colheita. “Eu não tenho do que me queixar deles como pessoas, só que a cultura deles é complicada de lidar”. Assim como Sérgio Picolo, ele reclama dos altos índices de desistência do trabalho: “Dá um ano e meio, que é o tempo mínimo para ganhar o seguro desemprego, eles querem sair”. Gean diz que quando chega essa época, acaba por fazer o acerto com o tarefeiro que deseja sair da empresa

e ganhar o seguro. “Quem quer bancar o casca grossa, perde o funcionário”, conta. “Eles já entram pensando em sair”.

A falta de comprometimento atestada por Gean Tormen é um dos motivos para que o empresário “não invista” em seus funcionários. “Como eu vou pensar em ajudar ele [o tarefeiro] se ele está sempre pensando em sair?”, afirma ao ser indagado sobre a falta de reajustes de salários dos tarefeiros entre uma safra e outra. “Eles não pensam evoluir, em ajudar a empresa e se ajudar. Se eles ganham um bom dinheiro em uma semana, tiram o pé na outra”.

A Comércio de Erva Mate Tormen Ltda nunca foi autuada pelo MTE. “Eu e o meu pai fazemos questão de ter tudo certinho, isso é nossa obrigação”, reconhece Gean. “Eu valorizo eles, não brigo com ninguém. Só que tem esse problema de falta de instrução que atrapalha”. Para o empresário, os tarefeiros recebem um bom salário. “Um colega meu da faculdade trabalha e estuda e ganha um salário de R\$ 1.400,00. Eu tenho funcionários que não sabem escrever o nome e ganham R\$ 1.200,00, além dos benefícios”, compara.

A vulnerabilidade econômica de alguns funcionários chega a comovê-lo. Gean lembra de uma família, um casal e dois filhos, recém-chegados a Chapecó. O homem logo procurou Juca Tormen atrás de um emprego. A família não tinha o que vestir ou comer e morava em um porão, alugado por R\$ 400,00. “A probabilidade de você se incomodar ao pegar pessoas com muita dificuldade, ou, como dizem, “mortas”, para trabalhar é muito maior”, explica o empresário.

Na primeira semana, Gean percebeu que o novo trabalhador não tinha um pedaço de carne para comer.

“Aquilo me cortou o coração”, diz. “É uma classe que trabalha muito, mas não tem como eu valorizar mais. Não depende só de mim. Se eu der mais, fico sem”. Os 15 tarefeiros contratados pela empresa ganham R\$ 2,60 por arroba colhida, enquanto Gean e Juca negociam a mesma quantidade por até R\$ 18,00.

A Ervateira Cavallo Branco entrou pela primeira vez na Lista Suja em 2014, a partir de uma denúncia anônima ao Ministério Público de Santa Catarina. A tarefeira que protocolou a denúncia cortava erva-mate na Linha Boa Vista, em Pinhalzinho, município do Oeste Catarinense. Esgotada pelo trabalho e pelas péssimas condições do alojamento, pediu ao empreiteiro o que lhe era de direito. O “gato”, com facão em punho, impediu que ela deixasse a fazenda e a ameaçou. Durante uma discussão, em abril daquele ano, ele chegou a agredi-la com um soco nas costas. Mesmo assim, a trabalhadora conseguiu fugir e resolveu procurar o Ministério Público.

Quando chegou ao local informado pela mulher, a equipe de Fiscalização Móvel não encontrou os tarefeiros, mas observou indícios de que pessoas haviam acampado ali: pedaços de espuma de colchão, fezes de ratos e restos de alimentos. Perto do galpão, duas construções em madeira, sem piso, com um vaso sanitário e um chuveiro que funcionava somente no frio. A dona de uma mercearia próxima à fazenda informou que aquela turma de trabalhadores comprara mantimentos na semana anterior, mas que estariam colhendo erva-mate em outro bairro. Sem novas informações, os auditores foram à Delegacia de Polícia Civil de Pinhalzinho e descobriram que o aliciador, Mauro Cesar Rodrigues, respondia por um homicídio

ocorrido no mês anterior. O grupo de fiscalização passou a ser acompanhado por policiais federais, o que acontece nos casos de ameaça ou risco aos fiscais.

João Carlos, Ademir e Vanderlei eram os peões de Mauro Rodrigues. Antônio, de 15 anos, também cortava erva-mate com o grupo. Todos trabalhavam há cinco semanas para Mauro, que vendia o produto no pé para a Ervateira Cavallo Branco. O conserto do caminhão usado para transportar erva, inclusive, foi pago pela mesma empresa. Os tarefeiros recebiam, em média, R\$ 800,00 por quinzena, em jornadas de oito a dez horas por dia. Mauro Rodrigues ganhava o dobro, e há dez anos prestava serviços para a empresa autuada.

Os peões preparavam a comida e dormiam em um galpão de madeira sem janelas, com frestas da largura de um dedo. Havia apenas uma cama no alojamento. Os outros três dormiam em colchões no chão, colocados um rente ao outro, no espaço que sobrava entre as cômodas usadas para guardar os mantimentos. Eram do proprietário da fazenda, Justino Galina, os móveis do galpão: uma pia, um armário e um tanque para lavar roupa, tudo muito velho, sujo ou estragado. As refeições eram preparadas no fogão a lenha que ficava próximo a porta.

A relação entre o empreiteiro Mauro Rodrigues e a Ervateira Cavallo Branco foi comprovada pelos auditores por meio de notas fiscais. Assim, as indenizações e multas pudera ser vinculadas à empresa, cuja matriz funciona em Chapecó, próximo à divisa com o Rio Grande do Sul. Na ocasião, os cinco trabalhadores foram resgatados, 22 autos de infração foram lavrados, e a rescisão do contrato de trabalho dos tarefeiros totalizou cerca de R\$ 15 mil.

O administrador da Cavallo Branco, Junior Da-

nielli, é um jovem feliz com o que faz. Aos 30 anos, é ele quem comanda a indústria de erva-mate herdada pela esposa, Mariana Haiduk, arquiteta em Chapecó. Desde que começou a controlar a empresa de médio porte, em 2008, viu passar por seus olhos milhares de sacos de erva-mate cancheada e assinou contratos lucrativos com vários fornecedores. Ele se vangloria do faturamento de R\$ 1 milhão que registrou em 2013, em um dos meses em que o preço da erva-mate atingiu seu pico. Passada a euforia daquela safra, a Ervateira Cavallo Branco tem um faturamento mensal de R\$ 300 mil, em média.

A maior conquista dele à frente da empresa foi o primeiro contrato de fornecimento de erva-mate cancheada para a Leão Alimentos e Bebidas, marca do grupo Coca Cola Brasil. Desde 2008, a Cavallo Branco é uma das 40 fornecedoras de erva cancheada para a multinacional. As folhas moídas servem de insumo para os chás e bebidas Mate Leão, produto consumido no Brasil e exportado para quatro continentes. “A gente tenta fazer um contrato de fidelização, só que é a Coca Cola. Quando precisam, eles aceleram e compram. Quando não precisam, eles param”, afirma Junior.

Cerca de 20% da produção atual da Cavallo Branco é destinada à Coca Cola. A erva é armazenada em *big bags*, sacos com capacidade para armazenar 400 quilos do produto. Junior Danielli consegue negociar com a Coca Cola entre uma e duas cargas por mês – 20 mil quilos, em média. O preço da erva negociada com a multinacional varia entre R\$ 4,00 e R\$ 5,50 o quilo, conforme a qualidade da folha e a quantidade de palito. Quando os ventos sopram a favor de Junior, a Cavallo Branco fatura até R\$ 220 mil por mês pelo fornecimento de erva à Coca Cola.

A Cavallo Branco foi informada de que a multinacional planeja enviar funcionários próprios para fiscalizar a produção de erva nas indústrias de seus fornecedores. “Parece que em 2016 eles vão firmar contrato de quantidade e período. Vai ficar um pouco mais fidelizado e correto, organizado”, espera o empresário. Sorte dele que a fiscalização se dará apenas na indústria, já que o nome da ervateira continua na Lista Suja do Trabalho Escravo desde 2014, devido ao resgate dos cinco trabalhadores em Pinhalzinho. “Isso vai ser bom pra nós. Tem certas ervateiras que tu vê a condição da indústria e não tem coragem de tomar o chimarrão. Pra ser um fornecedor da Coca Cola, vai ter que ter um certo padrão. Eu sempre digo: tem que ser justo, tem que ser certo”, reafirma o empresário.

Alheio à presença do nome da empresa na lista, Junior Danielli sustenta que “a Cavallo Branco nunca foi autuada. A gente foi apenas fiscalizado pelo Ministério do Trabalho”. A empresa mantém nove tarefeiros registrados, responsáveis por colher a erva de cinco produtores que fornecem à Cavallo Branco. Eles recebem os equipamentos e o transporte de ida e volta, e o empresário garante que nunca levou trabalhadores para acampar. “Estamos de baixo dos olhos. Infelizmente, as empresas com maior faturamento, que tem uma estrutura, o Ministério do Trabalho bota os olhos só ali”.

Segundo Junior Danielli, os fiscais do MTE procuram empresas maiores porque sabem que essas terão condições de pagar as indenizações e multas. “Várias vezes aconteceu de eles irem autuar o pequeno que não tinha bens, não tinham como pagar. Eles perderam todo o trabalho de ir lá”, afirma. Na Barão de Cotegipe, Sergio

Picolo faz a mesma crítica: “Eles vêm em Cotegipe que tem duas ervateiras. Por isso que nós do Sindicato do Mate queremos que haja igualdade pra todos”. O herdeiro da família Picolo acrescenta que algumas indústrias da região não têm nenhum funcionário registrado. “O que você vai fazer? No mercado, vendem erva-mate sem documento. Tem comerciante que aceita e assim não dá pra competir”, completa.

O presidente da Barão também afirma que sente falta de regras mais claras para a atuação dos empregadores: “Não sou contra o pequeno, ninguém nasceu grande, mas tudo dentro da lei”. Sérgio Picolo não vê mudanças que trariam “igualdade” nas fiscalizações do MTE, e projeta: “Esse ano vem mais porque eles querem arrecadar”.

A Cavalho Branco tem 30 funcionários e outros 50 “indiretos”, de empresas terceirizadas que fornecem erva-mate no pé. João Carlos, Ademir, Vanderlei e o jovem Antônio são alguns deles: “Não adianta manter em torno de 25, 30 funcionários registrados, tudo certinho, bonitinho, respeitando todas as exigências do Ministério do Trabalho, e aí tu pega outra ervateira, que também fornece para a Coca Cola, que tem três funcionários registrados, tudo precário”. De acordo com Junior Danielli, a Cavalho Branco contribui com o desenvolvimento do país gerando empregos e pagando os funcionários em dia.

Assim como Picolo, da ervateira Barão de Cotegipe, ele também perde o sono com os problemas da colheita. “A mão-de-obra é o que derruba a gente”, confirma. Em comparação com o passado, ele sugere que o comportamento dos trabalhadores da colheita mudou conforme houve aumento do valor pago pela arroba. “Não é uma questão de achar que é injusto, mas é que antigamente o

tarefairo tinha que trabalhar valendo para ter um salário bom". Até 2004, eles ganhavam R\$ 0,60 pela arroba colhida; hoje, se paga R\$ 3,50. "Eu converso com tarefairos mais velhos e eles dizem que antes se trabalhava bastante, mas se tinha muito mais do que eles têm hoje", conta.

Para o administrador da Cavalão Branco, o número cada vez menor de tarefairos imobiliza as negociações. "Como a mão de obra nesse ramo é meio apertada, tem que ficar meio que a mercê. É o que tem", admite. Confrontado, Junior Danielli crê que as mudanças na pirâmide social brasileira nos últimos dez anos levaram os tarefairos a trabalhar menos. "É o que vem sendo instituído para nós desde que esse governo assumiu com essa política, e nós que temos que ir se adequando".

Assim, no entendimento dele, o dono da propriedade, responsável por cuidar da terra e adubar os pés de erva-mate, ganha pouco se comparado ao "cara que vai simplesmente lá colher". Há cerca de dez anos, a ervateira pagava R\$ 6,00 ao produtor pela arroba de erva nativa, e o valor atual gira em torno de R\$ 7,00. O custo da colheita é outra reclamação unânime dos ervateiros. Além de pagar ao produtor, Junior precisa arcar com o transporte, frete, a remuneração do atravessador e do encarregado que fiscaliza a colheita. "Para o tarefairo, as coisas estão muito boas", conclui.

As ervateiras Matevel, Regina, Jacutinga, Catanduvas e Anzolin são as principais indústrias de Catanduvas, município de dez mil habitantes a 140 km de Chapecó. A cada dois anos, a Festa do Chimarrão atrai a população dos bairros e de municípios vizinhos ao pavilhão de eventos, na parte alta da cidade. No resto

do ano, Catanduvas volta à sua calma habitual, com a brisa e o cheiro de ossos triturados que sai das chaminés da unidade da BRF. Todas as cinco ervateiras do município foram fiscalizadas a partir de 2007 – em três delas, os fiscais do MTE resgataram trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Em julho de 2011, tarefeiros que prestavam serviços à Ervateira Anzolin foram flagrados trabalhando sem EPIs, dormindo em barracos de madeira pequenos, sujos, montados sobre chão batido. Sem cama, como sempre, os colchões eram colocados direto na terra. A água que os 11 trabalhadores bebiam vinha de um córrego próximo à fazenda de extração de erva, localizada no município de Monte Castelo, a 250 km de Catanduvas. A Ervateira Anzolin esteve na Lista Suja entre 2008 e 2011. A cada seis meses a lista é atualizada e, caso a empresa cumpra com as determinações da justiça, seu nome sai do cadastro.

Outra ervateira da região que entrou e saiu da Lista Suja foi a Ervateira Regina. A empresa foi autuada em outubro de 2009, quando fiscais resgataram 12 trabalhadores em General Carneiro, no Paraná. Os tarefeiros eram peões de um empreiteiro terceirizado que prestava serviços à Regina. Os fiscais encontraram os peões vivendo nas mesmas condições que outros trabalhadores resgatados: alojamentos precários, sem água potável para beber e sem qualquer equipamento de segurança.

Três irmãos são sócios da Ervateira Regina. O mais novo, Cláudio Marinha Boscos, administra a empresa criada pelo pai em 1964. Dois terços da erva-mate beneficiada pela Regina vêm de ervais nativos do Paraná, nos municípios de Porto União, União da Vitória, General

Carneiro, Bituruna e Palmas.

“O meu caminhão foi carregar uma carga de erva que eu comprei e a fiscalização chegou dizendo que tinha anormalidades. Eu assumi, não pensei que o problema seria tão grave”, afirma o caçula. A empresa quase foi à falência na época da autuação: foram 16 autos de infração, e as indenizações e multas somaram R\$ 100 mil. Para Cláudio, o pior não foi o pagamento das indenizações, mas a perda de clientes importantes. Depois de figurar na Lista Suja, a Ervateira Regina perdeu os contratos de venda com os supermercados Walmart, Pão de Açúcar e Sonda, quarta maior rede varejista do estado de São Paulo.

Cláudio Marinha Boscos e outros ervateiros de Catanduvás reclamam da concorrência desleal com marcas do Rio Grande do Sul. Segundo o administrador da Regina, a maioria das indústrias da região do Alto Uruguai não tem nenhum funcionário registrado. “Ontem mesmo falei com o Serginho [Sérgio Picolo, da Barão de Cotegipe] e ele disse que não tem nada disso [fiscalizações] por lá”.

Para o ervateiro, é “muito complicado” cumprir todas as exigências do MTE, que, segundo ele, não dá tempo para as empresas se adequarem. “Eu acho que é injusto, mas tudo bem, é a lei”. Depois das autuações de 2010, Cláudio precisou garantir melhores condições aos tarefeiros, incluindo os terceirizados. Ainda assim, ele minimiza as razões que motivaram a autuação: “Uma empresa de 50 anos, pelo simples fato de ter uma segunda carga de erva pega no campo, acontece tudo isso...”.

Perto da Regina, a Erva Mate Catanduvás tem uma cuia de chimarrão gigante exposta na entrada do pátio da empresa. Com 40 funcionários, eles vendem a maior parte da sua produção para Santa Catarina, além

de exportar para a Alemanha e Estados Unidos uma média de 40 mil quilos de erva cancheada por mês. Ederli Pissinato, conhecido no município como “Seu Derli”, é o dono da ervateira. Quase todos os tarefeiros de Catanduvas já prestaram serviços para ele. Em julho de 2011, a ervateira foi autuada quando fiscais do MTE resgataram dois peões que trabalhavam em condições precárias em Eral Velho, a 40 km dali.

O alojamento de Darci Titon e Eder Titon, pai e filho, era um paiol de madeira. Quando começava a chuva, as roupas, cobertas e os colchões dos Titon ficavam encharcados. “Cabia uma mão” nas frestas entre uma tábua e outra de madeira. À noite, eles se encolhiam o máximo possível para suportar a temperatura. “O gelo era muito forte, mas tinha que aguentar”, lembra Darci.

O único som da madrugada era o dos ratos, que procuravam restos de comida. “Não tinha pia, não tinha banheiro, praticamente não tinha nada. O que tinha? Tinha bastante rato”, ironiza Titon. Um chuveiro elétrico foi improvisado fora do paiol; o vaso sanitário era um buraco no chão. “Eles mandavam a gente acampar e diziam que era casa, mas era chiqueirão de porco, estrebaria”, completa.

O tarefeiro nascido em Ponte Serrada trabalhava para Ederli Pissinato havia mais de 15 anos. Titon conta que era o responsável por colher a erva-mate no mato, a mando do patrão, e ressalta que as condições de trabalho sempre foram precárias. O trabalho começava cedo e atravessava a noite, quando a carga de erva precisava chegar à indústria no dia seguinte. “Eu e minha esposa pegávamos às cinco horas, comíamos ao meio dia um ranguinho meio de croque e íamos até cinco e pouco de novo”, lembra. “Ele

[Ederli] acertava direitinho a cada três semanas, mas eu fazia quatro serviços". Darci Titon ainda trabalha com erva-mate, mas está em processo de aposentadoria.

Ederli Pissinato fora notificado, em 2007, de que aquelas não eram condições adequadas para um alojamento. Na ocasião, o dono da Ervateira Catanduvás assinou um TAC, mas continuou a terceirizar a mão-de-obra. "Nós não tivemos problema aqui com o Ministério do Trabalho por falta de assinatura na carteira. O problema maior foi em relação às condições de trabalho e alojamento, que era uma coisa de cultura do pessoal", explica. Ederli afirma ainda que os tarefeiros não tiveram tempo suficiente para "serem treinados, educados e transformados para a nova realidade". Apesar de não oferecer melhores condições de trabalho antes da pressão do MTE e do MPT, o ervateiro diz que os órgãos fiscalizadores não souberam "entender as tradições" da cultura ervateira. "Antigamente, eles iam para colheita com a família toda. Não tinham todos os recursos necessários, mas onde eles moravam, de repente, a situação era ainda pior", avalia.

O tarefeiro Darci Titon enfatiza que a fala conciliadora do patrão muda quando os fiscais não estão presentes. "Ele me pediu para devolver o valor da indenização, e eu disse que não", conta. Não são raros os casos em que há pressão dos ervateiros autuados para que os trabalhadores devolvam o dinheiro da rescisão. Às vezes, são os próprios trabalhadores da erva-mate que procuram o empregador para devolver o dinheiro, pois acreditam que o valor pago "não lhes pertence".

O dono da Catanduvás reclama que as autuações foram muito pesadas, e que muitas ervateiras quase fa-

liram por isso. Proibido, finalmente, de terceirizar a colheita, Ederli Pissinato garante que todos recebem equipamentos de segurança, transporte de ida e volta e que acampam menos do que antigamente. “A gente tem que estar semanalmente cobrando, tem que estar a cada seis meses com técnico de segurança fazendo palestra pros trabalhadores”, afirma. “É mediante muita força e luta que eles cumprem”, completa.

O filho do patrão e gerente da Ervateira Catanduvas, Ederli Pissinato Júnior, passa férias no México, a 12 mil km do Meio Oeste Catarinense. O jovem de 25 anos, formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, foi “criado na erva”. Uma criação diferente da que teve Eder Titon, filho de Darci. Louro de bochechas rosadas, Ederli Júnior acompanhava o pai na transformação da erva dentro da indústria. Os funcionários antigos, chamados de “tio”, colocavam a lenha nos enormes cilindros em que queimavam os pés de erva-mate – mágica para os olhos da criança.

Na adolescência, Ederli Junior tomou o gosto pelas viagens. Visitou Argentina, Bélgica, Bolívia, Chile, China, Costa Rica, Croácia, Cuba, República Checa, Alemanha, Guatemala, Holanda, Índia, Mali, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Senegal, Sri Lanka e Turquia. “Em vez de tirar férias como a gente tira, 10, 15 dias na praia, ele gosta de ficar vinte dias um mês viajando”, conta o pai.

O tarefeiro Darci Titon também gosta de viajar. “É bom viver solto”, acrescenta. Darci vive tão solto que já teve que morar em barraco de lona, paiol de madeira, casebre de compensado. Enquanto Ederli Júnior acumula fotos e recordações de diferentes lugares do mundo, o

trabalhador carrega nos braços e pernas cansadas o acúmulo dos anos de colheita ganhando o mínimo possível, para o lucro máximo do patrão.

Com a erva-mate, Titon foi “por toda parte do mundo”: Joaçaba, Catanduvas, Ouro, Lacerdópolis, Ibicaré, Treze Tílias, Caçador, Santa Cecília, Campos Novos, Mangueirinha, Chapecó, Caxambu do Sul. “Ah, minha filha. Foram muitos lugares”. O lugar mais longe onde a família trabalhou foi Pato Branco, no Sudoeste do Paraná. Em linha reta, o mundo de Darci não chega a mil quilômetros.

Casa própria, carro e poupança não estão entre as preocupações dele. Sua esposa, Marli, tem dificuldades para caminhar devido ao inchaço em uma das pernas, resultado de um acidente de trabalho. A tarefaira juntava as folhas da erva em ráidos, enquanto Darci arrastava a carga que seria entregue à Ervateira Catanduvas. Do alto do barranco onde trabalhavam, uma pedra rolou e atingiu a perna de Marli. “Ele [Ederli] falou que era só uma pancadinha, e não liberou ela para se tratar”, afirma Darci. Sete anos depois, Marli usa a maior parte do salário para custear o tratamento da úlcera venosa contraída pelo agravamento das varizes.

Marido e mulher estão próximos dos 60 anos. Darci Titon não lembra, mas tem “57 ou 58 anos”. Velhos para a empreitada diária no erval, os dois sobrevivem de bicos. Ele roça um terreno aqui, ajuda a arrastar uma erva ali. O filho que foi resgatado com ele em 2011 trabalha como tarefairo para a Ervateira Tertúlia, em Jaborá, município vizinho de Catanduvas. “Lá é nota 10! A higiene, a erva mate, os funcionários...”, afirma, contente, o pai.

Darci respira fundo ao lembrar do tempo em que

tinha força e juventude para trabalhar na erva quando bem entendesse, onde quer que fosse. Foram 37 anos de comida fria, viagens em caçambas carregadas de erva, barracos de lona e banhos de riacho. Dor, exaustão, sofrimento. Agora, mais velho, à espera da morte, o descanso do corpo desgasta a mente.

Para os tarefeiros, a memória dos anos de acampamento traz consigo sensações contraditórias. Assim como a família Titon, milhares de trabalhadores lembram com desgosto e saudade, indignação e estima, o tempo em moravam no mato, ao lado do erval. Para os caboclos, a ida e vinda de pais e filhos para cortar erva-mate é tão antiga e tradicional quanto o “amargo doce que eu sorvo, num beijo em lábios de prata”, uma ode ao chimarrão imortalizada nos versos do poeta rio-grandense Glaucus Saraiva.

ANTES DE TAREFEIROS, CABOCLOS

A origem dos cortadores de erva-mate no Brasil

No inverno de 2001, o casal Zenita e José Roteles vivia com os três filhos em Bocaina do Sul, no Planalto Catarinense. A casa da família era um barraco de lona, montado com toras de madeira na sombra de uma araucária. Dentro de cada barraco, sob as camas feitas com vigas de taquara, os pertences da família não ocupavam mais que duas malas. Das panelas amassadas e sem cabo deixadas no tambor de alumínio usado como fogareiro, vinha o cheiro de comida que impregnava o ambiente.

O orvalho daquelas manhãs de temperatura negativa ensopava o colchão de palha e os fazia acordar cedo. De segunda a segunda, o ritual era o mesmo: esquentar a água trazida de um riacho próximo ao acampamento e beber o chimarrão, lentamente. Para manter o corpo quente, eles se cobriam com as poucas roupas que tinham, e logo começavam o corte da erva-mate.

Dois dos três filhos de Zenita eram pequenos – uma bebê nos primeiros passos e um menino de dois anos. Enquanto a mãe podava a erveira, as crianças brincavam no mato, sob a vigilância esporádica dos pais. Galhos pontiagudos, insetos, picada de cobra: acostumados com a vida no mato, os filhos dos tarefeiros pareciam imunes a tudo.

As famílias compravam na “conta do patrão” o facão, as botas, a lona para cobrir o barraco e mantimentos suficientes para alimentá-los no período da tarefa. Adiantar o salário era uma prática comum nas empreitadas dos tarefeiros em qualquer município. Antes mesmo de chegar ao erval, Zenita e José já acumulavam dívidas que deveriam saldar ao final, sob o risco de não serem contratados por qualquer outro capataz caso desistissem do trabalho.

De segunda a sábado, o casal e o filho mais velho podavam as erveiras até os braços amolecerem. As famílias estavam na última semana da empreitada, que durara trinta dias. A erva-mate colhida ali seria industrializada em Ponte Serrada, no Meio Oeste de Santa Catarina, município de origem dos tarefeiros.

Os Roteles precisavam cortar uma quantidade suficiente de erva para pagar as dívidas adquiridas antes da tarefa e as contas que os esperavam na cidade natal. Zenita era quem fazia as refeições da família, e sabia exatamente o quanto cada um poderia comer para que o rancho rendesse até o final daqueles dias de trabalho.

Quase ao final da empreitada, Zenita notou que o filho de dois anos estava quieto, cabisbaixo. A criança não queria correr no meio do erval, brincar com a irmã e os filhos dos outros tarefeiros, e tampouco tinha apetite.

Uma manhã, o pequeno não conseguiu nem levantar do colchão. A mulher mandou chamar José assim que percebeu que não era só uma gripe.

Dentro do barraco, Zenita segurava o filho nos braços. Desnutrido, só conseguia mexer a cabeça no colo da mãe. O menino havia adoecido e vomitava tudo que comia. Angustiada, a tarefeira pedia ao marido que o levasse à cidade: conhecia as histórias de crianças que morriam de fraqueza no mato e de trabalhadores que se acidentavam com o facão ou caíam de mal jeito das erveiras. Essa era a sua história também.

O marido, acuado, respondeu que o filho do patrão também estava doente. Na carroceria do caminhão só cabia uma família por vez, e o empreiteiro tinha preferência. O filho do patrão, um capataz um pouco menos pobre que o casal de Ponte Serrada, tinha os mesmos sintomas que o pequeno Roteles.

Na manhã seguinte, quando pôde levar o filho ao hospital, Zenita não entendeu bem as palavras do médico: ascaridíase, teníase, esquistossomose. “Infecção intestinal causada por endoparasitas, senhora”. Analfabeta, como todos os outros tarefeiros, a mãe se desesperava com o que dizia o homem alto, vestido de branco.

Os trabalhadores usavam a água de um riacho próximo ao acampamento para tomar banho, lavar a louça e as roupas aos domingos. Devido à umidade daqueles dias frios, eles ferviam a água e deixavam-na esfriar antes de beber. Não havia energia elétrica, banheiros, alojamento e cuidados básicos de saúde, e eles pareciam acostumados a essa condição. Desta vez, porém, a água contaminada causara uma verminose nas crianças. Com a demora no diagnóstico, o quadro evoluiu para uma desnutrição. Mes-

mo magro e sem forças, “meu piazinho ficou”, conta a tarefaira. O filho do patrão não sobreviveu.

Os relatos de acampamentos em situação degradante como o da família Roteles eram frequentes até a metade dos anos 2000, quando as frentes de trabalho começaram a ser fiscalizadas, os ervateiros, autuados, e as crianças, proibidas de abandonar a escola pelo Conselho Tutelar de cada município.

Famílias inteiras, com quatro, cinco ou dez filhos, juntavam suas roupas e seguiam para o interior de municípios distantes em busca de erva nativa. A tarefa durava entre 30 e 40 dias. Ao final desse período, os tarefeiros juntavam suas ferramentas e partiam para outra empreitada. Se Portinari estivesse no Sul, seriam eles, vestidos com trapos e facão em punho, os retirantes do retrato.

Esfregando as mãos marcadas pelo trabalho com facão, Zenita lembra o tempo em que vivia com a família no mato: “Eu não conhecia a erva, daí quando me juntei com esse homem [o marido], que era tirador de erva, eu comecei”. Os tarefeiros trabalhavam sem folga, e durante os dias que durassem a empreitada permaneciam no mesmo local. “Era acampado, né. Lá era bebedeira, briga, um sofrimento! Quando bateu o Conselho [Tutelar] e proibiram de levar as crianças, eu dei graças!”, admite.

Em 2002, eles acamparam juntos pela última vez. Nesse período, Zenita e José trabalhavam para a família Taura, de Ponte Serrada, e conseguiam juntos R\$ 700,00 por mês. O salário bruto era de R\$ 1.700,00, mas era preciso descontar os gastos com comida e equipamentos. “Uma vez a gente foi receber e ele [o patrão] queria pagar

tudo em vale”, lamenta a mulher. “Nós não aceitamos, porque tínhamos contas para pagar. Então ele disse que não tinha mais serviço pra nós”.

A família Roteles voltou à cidade natal quando o trabalho no mato começou a se tornar escasso. Eles vivem na Vila dos Tropeiros, às margens da BR-282, rodovia que corta o estado de Leste a Oeste – da capital, Florianópolis, até a divisa com a Argentina. A extração de erva-mate e da madeira são as principais atividades econômicas de Ponte Serrada, que está na 105ª posição em um total de 137 municípios computados no ranking do IDH em Santa Catarina.

A casa dos Roteles é pequena, com as paredes da cozinha no reboco e os demais cômodos feitos com sobras de madeira. Perto do fogão a lenha, ficam o tanque e uma centrífuga de roupas recém-comprada. Uma mesa com quatro cadeiras de palha foi colocada em frente à porta de entrada da casa, ao lado da geladeira amarelada. Na sala e no quarto, o chão de madeira foi construído um pouco acima do nível da cozinha para que a umidade não danificasse a madeira velha. A sala tem uma televisão de tubo de 15 polegadas e um sofá coberto por um lençol, para esconder os rasgos. O sinal de TV na residência do casal Roteles segue a tradição do interior do Brasil: só sintoniza a Rede Globo e, quando há sorte, o SBT. Nas paredes de compensado, uma réplica da Santa Ceia e um retrato da neta. Uma cortina de pano separa a sala do quarto. Uma cama com colchão fino e uma cômoda atacada por cupins são os únicos móveis do dormitório estreito.

Zenita conta que só participa da colheita quando o erval é de fácil acesso – “se é matão eu não vou”.

Aos 43 anos, a mulher magra de braços finos já nem percebe quando se machuca na poda. Desde cedo no trabalho pesado, o corpo se acostumou aos encontros com o facão. Além da luta na erva, a tarefeira cuida da casa e da horta que os Roteles plantaram no quintal – a chicória ajuda a engrossar o feijão quando não sobra dinheiro para comprar carne.

Enquanto tira as panelas do armário e as coloca sob o fogão, a mulher acompanha o movimento dos ponteiros do relógio: quase meio-dia e José não chegou como rancho da semana. O almoço só sairá se o marido receber o salário da quinzena. José Roteles trabalha de segunda a sexta no corte de erva-mate. Sem o vigor físico de outrora, o tarefeiro, que recebe por produção, viu seu salário encolher.

O esposo logo chega. Traz consigo três caixas de papelão com pacotes de macarrão, arroz, feijão, papel higiênico e sabão em pó. “Dos R\$ 600,00 que ganhei, gastei metade pra pagar a conta do mercado e comprar esse pouquinho aí”, reclama José Roteles. Ele não acampa mais. Agora sai às quinze para as sete de casa e em dez minutos está na frente de trabalho.

O patrão é um velho conhecido dos tempos de acampamento: Rudimar Paglia, da Ervateira Taura, que costuma pagar em dia. Os trabalhadores cortam erva até o final da tarde, com pausa para o almoço. “Estou desde criancinha nessa lida da erva. Eu comecei com 11 anos e aos 12 torei esse dedo aqui. Mão de tarefeiro é assim, ó”: dedos cascudos, com unhas curtas e um pouco de sujeira “que não sai de jeito nenhum”. As marcas de 35 anos de facão estão nas palmas das mãos; o dedo polegar esquerdo, só na lembrança.

Mesmo sem nunca ter recebido qualquer indenização, José Roteles é um ex-escravo: “Umas três vezes pegaram a ervateira [Taura]. Eu não estava quando a fiscalização chegou, levei azar. Tinha decidido que não ia mais e dali dez dias pegaram a turma. Deu R\$ 5.730,00 pra cada um”, lamenta o homem. Depois da última autuação à ervateira, as condições de trabalho melhoraram, mas o tarefeiro afirma que estão longe do ideal. “Muitas coisas eles não melhoram. Prometem que vão dar luva, sapatão, mas não dão. Às vezes quando você ganha um sapatão, demora um ano pra ganhar outro. Se eles vierem em cima [a fiscalização], multam de novo”.

O filho que quase morreu de desnutrição é hoje um homem de 17 anos que desde os dez corta erva-mate – ou “luta na erva”, como eles se referem ao seu trabalho. Enquanto Zenita recorda os dias em que a família se embrenhava na mata, o rapaz acampa “pra lá de Palmas”, no Paraná, como se repetisse a vida dos pais. O empregador é o mesmo, a Ervateira Taura.

O irmão mais velho, de 23 anos, é quem leva os tarefeiros de Kombi às frentes de trabalho, além de ser o tratorista do grupo, puxando os raídos de erva-mate cortada para o caminhão. “Depois que proibiram a bebedeira, eles só levam os que não incomodam”, afirma a mãe. Todos os trabalhadores são “fichados”, possuem carteira assinada – primeira mudança em relação às empreitadas dos anos 1990. A maioria dos acampamentos tem alojamento e água potável, e as refeições são preparadas por um cozinheiro.

Os irmãos Roteles fazem parte de um grupo de 12 trabalhadores que sai de Ponte Serrada, junta-se a outra turma do município de Pinhão, no Paraná, e de lá

segue para acampamentos em ervais nativos nos arredores de General Carneiro, Bituruna e União da Vitória. A mais nova dos três filhos do casal tem 17 anos e está grávida de seis meses. O marido dela também vive da erva-mate e fica acampado de segunda a sexta. Quando pequenos, os filhos de Zenita não gostavam do acampamento: “Hoje é diferente. O meu piá menor chega em casa e não vê a hora de ir embora de novo”.

Se no século XVIII o corte era feito por índios escravizados que trocavam trabalho por comida, os relatos da família Roteles e de outros tarefeiros mostram que as condições degradantes no mato persistiram até o início dos anos 2000.

A extração da erva-mate com fins lucrativos começou logo após a descoberta do uso da planta por soldados espanhóis que marchavam do Paraguai em busca de novas terras na região do Guáira, atual estado do Paraná, em 1554. Os integrantes da guarda espanhola perceberam que os índios Guarani que habitavam o Guáira eram mais fortes que os Guarani do litoral, e atribuíram essa diferença ao consumo de uma bebida até então desconhecida.

O “Caá-i”, um chá feito com as folhas da erva, era usado para revigorar as forças no retorno de longas jornadas ou batalhas. O consumo do “Caá-i” passou a ser difundido entre as tropas espanholas, e as folhas, levadas para Assunción, primeira cidade fundada pelos colonizadores europeus na América Latina. O mate tornou-se, então, uma bebida popular em toda a região Platina, que compreende as terras do Paraguai, Argentina e Uruguai, além da área fronteira do Rio Grande do Sul.

A *Ilex paraguariensis*, nome científico dado à erva-mate pelo naturalista francês August de Saint Hillaine, foi o principal produto de exportação do Paraná entre 1873 e 1890, quando o território fazia parte da 5ª Comarca da Província do Estado de São Paulo. O êxito econômico do setor ervateiro, que constitui o terceiro ciclo da economia paranaense, permitiu a emancipação política do estado em 19 de dezembro de 1853. Os municípios de Guarapuava, Palmas, Palmeira, São Mateus do Sul e União da Vitória constituíam o centro da produção ervateira – até hoje, uma parte significativa das empresas está localizada nessa região.

A erva-mate dominou o cenário econômico do Paraná até o início da Primeira Guerra Mundial, quando a madeira tornou-se o produto mais lucrativo do estado. Em Santa Catarina, o faturamento dos barões do mate aumentou sensivelmente após a construção de estradas e ferrovias, como a Estrada Dona Francisca, a partir de 1858, em Joinville, e a abertura da rodovia pela Serra da Graciosa, em 1876, que escoava a produção até o Porto de Paranaguá. A expansão da catequese jesuítica do Paraguai aos Trinta Povos das Missões, ao longo dos rios Paraná e Uruguai, levou a tradição de beber o mate ao Rio Grande do Sul. Quase 400 anos depois, o chimarrão se tornaria um dos símbolos do estado.

Com o declínio do tropeirismo e o excedente populacional das fazendas de criar – grandes extensões de terra nas mãos de latifundiários conhecidos como estancieiros – , surgia uma nova classe social incrustada no mato. Dedicados à pequena lavoura e à extração de madeira e erva-mate, os moradores desse “vazio demográfico” eram classificados como negros

mestiços e são, até hoje, a principal mão-de-obra do corte de erva no Brasil.

O casal Zenita e José Roteles, assim como Armírio Camargo, Reducino e Marilene Mouque, vizinhos na Vila dos Tropeiros, em Ponte Serrada, guardam as mesmas características físicas: olhos e cabelos negros, pele marrom, enegrecida pelos anos de trabalho no sol. Quando não nascidos no município, os moradores da Vila vêm de cidades próximas, como Catanduvas e Vargeão.

O professor Paulo Pinheiro Machado, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), explica que os caboclos do Sul trabalhavam para os estancieiros ou auxiliavam os tropeiros em suas viagens. Muitos ficavam pelo caminho e tornavam-se posseiros pobres. As frequentes mudanças de casa e de local de trabalho eram motivadas pela dificuldade em se obter a formalização da propriedade fundiária. Além do alto custo de demarcação da terra, o costume de não se casar no civil também impedia o repasse da propriedade aos filhos.

O pesquisador afirma que seria insuficiente definir os caboclos por sua etnia ou religião, por exemplo, e que não se trata de um grupo homogêneo, como os imigrantes italianos. “Ser caboclo é um modo de vida”, resume Pinheiro Machado.

A venda de propriedades rurais no Planalto e no Oeste de Santa Catarina no início do século XIX coincidiu com a implantação de um projeto de embranquecimento da população. Através de companhias colonizadoras, empresários riograndenses compraram terras do governo catarinense para vendê-las a imigrantes europeus moradores das primeiras colônias do Rio Grande do Sul, como Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Sananduva e Veranópolis.

Esse segundo deslocamento geográfico explica o amor pelo clássico Gre-Nal e pelos bailes nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) em cidades como Chapecó, Xanxerê e Joaçaba. Recém instalados no Oeste, os italianos trabalhavam na lavoura de suas pequenas propriedades. A mão-de-obra dos caboclos ou brasileiros, como eram chamados os habitantes “arredios e com indisposição ao trabalho”, não era bem-vinda.

Com o aumento populacional, a indústria da erva-mate passou a ser controlada pelos colonos italianos. A pesquisadora Arlene Renk afirma que a divisão do trabalho – indústria e corte da erva-mate – é uma herança que separa italianos e caboclos. Enquanto o italiano é visto como “trabalhador”, “que pensa grande”, o caboclo é “gastador” e pouco ambicioso. “Etnicamente era uma divisão clara: para cá os italianos, para lá os caboclos. Para cá humanidade, para lá sub-humanidade”, ilustra Renk.

A autora do livro “A Luta da Erva – um ofício étnico no Oeste Catarinense” realizou sua pesquisa de mestrado no final dos anos 1980 em Ponte Serrada e Vargeão, e observou que os tarefeiros mantinham práticas religiosas, modos de vida e alimentação muito diferentes dos “colonos de origem”, como são identificados os descendentes de europeus que povoaram o Oeste. Era impossível encontrar um caboclo em cargos de chefia no município ou em qualquer outra atividade que exigisse estudo.

O lugar reservado aos caboclos era o mato, e a ordem vinha sempre de cima, onde estavam os brancos de olhos claros. “Só no último semestre que eu estive lá que as crianças filhas de tarefeiros foram obrigadas a ir a escola por causa do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]”, afirma Arlene Renk. “Elas eram analfabetas tais

quais os pais, porque acompanhavam eles na extração da erva. Era um círculo vicioso”.

As condições de trabalho e habitação eram precárias, com poucas mudanças em relação aos dois séculos anteriores. Os caboclos, resignados, nem sequer contestavam – a vida deles fora sempre assim. “Quando você ganha por tarefa e ganha relativamente pouco, o teu olhar é pra hoje. Você não tem possibilidade de fazer um cálculo pra depois”, argumenta a pesquisadora. “O italiano e o alemão não entendem isso. Eles acham que se deve poupar, poupar, poupar. Que você deve ser frugal, comer o mínimo possível e guardar. Mas ele [caboclo] não tem futuro. Isso não está no horizonte deles”, compara. Essa divisão existe até hoje, e o amanhã não promete ser diferente para os filhos de caboclos nascidos para trabalhar no mato.

LUTO, LUTAREMOS, LUTARÁS

O futuro das operações rurais e dos tarefeiros

As fiscalizações em fazendas sob suspeita de irregularidades trabalhistas começam, muitas vezes, na madrugada, e não têm hora para terminar. Desde o final de 2014, cortes no orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vêm reduzindo o número de operações rurais em todo o país. Quando o recurso chega, os Grupos de Fiscalização Móvel das SRTEs tentam aproveitar ao máximo cada dia de trabalho nos municípios do interior.

Para deslocar as equipes para essas operações, que duram até duas semanas, o auditor fiscal precisa receber uma denúncia anônima ou, quando há tempo e estrutura, investigar o histórico de descumprimentos à lei em um determinado cultivo. Mais do que as denúncias, é o trabalho de formiguinha dos fiscais que dá início a maioria das operações no campo.

O passo seguinte é organizar a logística da operação. O coordenador do Projeto de Fiscalização Rural, presente em todas as superintendências do país, é quem seleciona os auditores que farão a inspeção, quem será o motorista e até como será pago o combustível.

Em oito anos de trabalho como coordenadora da fiscalização rural da SRTE de Santa Catarina, a auditora fiscal Lilian Rezende visitou 104 fazendas e participou de 57 operações. Foram várias as irregularidades constatadas por ela entre 2007 e 2015: contratos de trabalho ilícitos de estrangeiros na colheita da cebola em Ituporanga, flagrantes de trabalho infantil em Alfredo Wagner para a colheita da maçã, terceirização da produção de eucaliptos por empresas multinacionais como a Kablin Papel e Celulose, no Planalto Serrano. Em maio deste ano, Lilian deixou a coordenação da pasta para assumir o cargo de delegada sindical do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sinait) no estado.

As desculpas usadas pelos empregadores quando a auditoria apontava irregularidades eram quase sempre as mesmas. A maioria deles explicava que era “impossível cumprir” todas as determinações previstas nas Normas Regulamentadoras (NRs) do MTE; outros se limitavam a dizer que os auditores eram “muito rígidos”.

As NRs foram incluídas no rol de exigências da CLT em 1978 para assegurar os requisitos mínimos de saúde e segurança. As normas que regulamentam o trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura são orientadas pela 31ª NR, de um total de 36.

Além de orientar as ações de segurança e saúde que devem ser promovidas nas frentes de trabalho no

campo, a NR 31 estabelece os direitos e deveres dos trabalhadores rurais e as condições adequadas para alojamento, refeição e transporte. A cartilha contém, ao todo, 252 itens. “Em qualquer atividade, cumprir 252 critérios é muito difícil. Nas fazendas, isso é uma exorbitância”, disse Kátia Abreu (PMDB-TO) em entrevista publicada nas páginas amarelas da revista *Veja* em 2010, quando presidia a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). Quatro anos depois, a senadora seria escolhida pela presidenta Dilma Rousseff para comandar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Distante das disputas políticas de Brasília, embora submetida a elas, a auditora fiscal Lilian Rezende questiona o argumento de que os critérios são difíceis de cumprir. Segundo ela, nas fazendas de extração de erva-mate geralmente são encontradas situações extremas, de flagrante desrespeito à legislação: trabalhadores sem EPIs, água potável, banheiro, camas, instalações elétricas ou local para refeições, sem sequer registro profissional ou atestado admissional. “Se é possível promover um resgate com até vinte autos de infração, esse argumento que eles não conseguem cumprir duzentas, trezentas normas não se justifica”, contesta.

Alto, de voz rouca e aparência robusta, Divo Guerra é dono da Ervateira Jacutinga e presidente do Sindicato das Indústrias de Erva-mate de Catanduvas, no Meio Oeste Catarinense. Típico descendente de italianos-gaúchos, gosta de chimarrão, churrasco e não perde um clássico Gre-Nal. Desde a adolescência, passa a maior parte de seus dias dentro da ervateira. Hoje, na

casa dos 60 anos, é pragmático ao lidar com os problemas do setor, inclusive os da colheita.

Apesar da CLT, da NR 31, das palestras oferecidas por auditores fiscais do estado e dos TACs assinados por empresários da região, Guerra afirma que “falta uma lei específica que diga o que nós podemos e o que nós não podemos fazer”. Ele avalia que o setor está vulnerável e a mercê das equipes de Fiscalização Móvel. “Chega um auditor do Ministério do Trabalho e ele imagina que não está certo [as condições da colheita] e te autua”, diz.

O presidente do sindicato patronal alega que não há clareza nos termos “jornadas exaustivas” e “condições degradantes”, incluídos em 2003 entre os elementos que caracterizam o trabalho análogo à escravidão. Para Divo Guerra, os auditores não entendem a “cultura dos tarefeiros”, acostumados com o trabalho no mato, e exageram nas cobranças. “Na concepção deles [MTE], o alojamento tem que ser um hotel cinco estrelas”, critica. “É claro que tem que ter banheiro, chuveiro, cama. Mas na NR 31 tem coisa absurda. Eu acho que, em relação ao alojamento, a norma foi elaborada a Deus dará”, completa.

O empresário defende que a terceirização seja permitida na colheita da erva-mate. “Seria menos oneroso para a empresa, sem causar prejuízo para o funcionário”, sugere. Assim, as cobranças em relação às obrigações fiscais e trabalhistas seriam feitas diretamente ao terceirizado. “Se a empresa cobrasse dele o pagamento de tudo, ele teria interesse em produzir. Com certeza, as coisas iriam fluir diferente”, argumenta.

Depois que três das cinco ervateiras de Catanduvas foram autuadas, nos anos 2000, os empresários passaram a se preocupar mais com as condições de trabalho

na colheita, mas falta transparência na divulgação de informações ao MTE e à imprensa. Questionado sobre o número de pessoas que trabalham no corte, Divo Guerra é evasivo: “No total, são 40 funcionários na empresa. Eu tenho [trabalhadores destacados apenas para a colheita], mas eu não vou te dizer. São 40 funcionários e acho que isso [essa informação] é suficiente”.

Em 2007, Bruna Bonfante era procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Joaçaba, maior cidade do Meio Oeste Catarinense. Recém-chegada na procuradoria do município, começou a revisar os TACs assinados por ervateiros da região. Os ajustes de conduta que os ervateiros se comprometiam a fazer diziam respeito à contratação de mão-de-obra: eles estavam proibidos de atribuir a terceiros, chamados de “gatos”, a responsabilidade de recrutar tarefeiros.

Ao comparar a capacidade produtiva de cada indústria com o número de funcionários disponíveis para a colheita, Bruna constatou que “o tanto de erva *in natura* que as empresas colhiam era incompatível com o número de tarefeiros que eles tinham contratado”.

O gasto com equipamentos de segurança na colheita era sempre visto como um custo, não como um investimento. “Quando eu chegava lá apontando as irregularidades, eles diziam que iam quebrar. Mas nunca vi um ervateiro quebrar devido as multas que pagou”, lembra a procuradora. Por sua atuação no combate às irregularidades no setor ervateiro, ela foi nomeada para a Coordenadoria Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONAETE), cargo que ocupou até o início deste ano.

Após o acordo entre ervateiros e MPT, cresceu o

número de pessoas jurídicas nos municípios produtores de erva-mate. Para escapar das fiscalizações e multas no nome da indústria, os donos de ervateiras passaram a subcontratar a mão-de-obra de empresas de compra e venda, responsáveis por colher a erva-mate e negociá-las no pé. “Ou seja, o mesmo gato trabalhando numa empresa de fachada”, resume Bonfante.

A auditora Lilian Rezende também recorda uma operação que envolvia empresas de fachada: “O caminhão ainda estava emplacado no nome da Ervateira Anzolin, de Catanduvas, o trator era deles também, todas as notas fiscais estavam no nome da Anzolin, e essa pessoa [dono da empresa de compra e venda] não tinha lastro econômico nenhum. Era fraude absoluta”, interpreta. Para a procuradora, essa prática serve para “dar uma roupagem de legalidade a essa atividade”.

A tentativa de mascarar o vínculo empregatício dos tarefeiros junto às ervateiras ocorre também, segundo a auditora, por “incentivos fiscais burros” que alimentam um processo desenfreado de terceirização. Para fugir do aumento das tributações quando uma empresa muda de patamar – de pequena para médio porte, por exemplo –, os empresários “fatiam” os lucros. “No momento em que ela se quebra em várias empresas, em vez de eu ter uma empresa de mil empregados onde eu poderia implementar programas de segurança do trabalho de alto nível, eu tenho um monte de merrequinhas picadas comandadas por pessoas que não têm estudo e não sabem como gerenciar”, explica Lilian Rezende.

Os ervateiros sustentam que a “resistência à mudança” dos próprios tarefeiros é outra dificuldade para cumprir as exigências da Legislação Trabalhista. A au-

ditadora fiscal concorda, em parte, com o argumento dos empresários. “A condição de dignidade e cidadania não é natural do ser humano. Deveria ser, mas muitas vezes é uma condição que tem que ser imposta”, enfatiza. Lilian Rezende aponta que, em muitos casos, os empresários usam dessa situação vulnerável do trabalhador para explorá-lo. “Não é porque o tarefeiro tem uma vida miserável que o empresário deve deixar de oferecer as condições dignas de trabalho”.

Em Ipumirim, município do Oeste Catarinense, ela encontrou, em 2011, uma das piores condições de trabalho e alojamento entre todas as fazendas fiscalizadas: os tarefeiros dormiam em um chiqueiro desativado. “Quando a gente levou o pessoal para uma casa melhor, para esperar o pagamento, um trabalhador virou pra mim, bravo, e disse: ‘Por que a senhora está fazendo isso? A senhora sabe que eu vou voltar para essa vida, que eu não tenho outra vida’. E isso resume bem. A gente sabe que eles vão voltar”, lamenta. Os resgates, porém, são a forma mais efetiva de mudança no comportamento dos empresários do setor. “A ideia é penalizar o empregador para que eles, aos poucos, mudem as práticas de trabalho”.

O trabalho na erva costuma ser “a última opção” do trabalhador, segundo a procuradora Bruna Bonfante. “Eles cresceram assim e acham que a vida é assim. São pessoas extremamente vulneráveis”, descreve. “O cara vai no meio do mato, corre um risco ocupacional elevado. Eles acham ruim, mas não enxergam como trabalho escravo”, completa.

Para o presidente da Câmara Setorial Nacional da Erva-Mate, Leandro Gheno, as fiscalizações ocorrem

de forma diferente nos três estados do Sul: em Santa Catarina, “tem uma atuação enérgica e severa em alguns casos”, enquanto no Rio Grande do Sul costuma-se buscar o consenso. “Em Santa Catarina, houve um direcionamento – ‘Vocês precisam fazer isso e isso’. No Paraná, não existe isso tão claro”.

Gheno é diretor da unidade de São Mateus do Sul da maior indústria de erva-mate no Brasil, a Baldo S/A. Um dos sócios da Baldo, Paulo Davit Baldo, foi incluído na Lista Suja em 2013. O empresário era responsável pela contratação de cinco trabalhadores, entre eles dois adolescentes, para a poda da erva em 2011. A fiscalização encontrou os tarefeiros alojados em um galpão sem camas, água encanada e luz elétrica na Fazenda Boa Esperança, em Canoinhas, município conhecido como Capital Catarinense da Erva-Mate.

Em outubro de 2015 e em maio de 2016, reformas promovidas pelo Executivo subtraíram 16 ministérios, centenas de cargos comissionados e levaram à extinção ou junção de pastas e secretarias. As mudanças implementadas por Dilma Rousseff para tentar salvar seu mandato, e por Michel Temer, quando assumiu interinamente a Presidência do país, foram o primeiro anúncio do profundo corte de despesas que viria a seguir.

Depois do troca-troca ministerial e da contenção de gastos promovida em Brasília, as operações de fiscalização do MTE no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná chegaram aos menores números desde 2011. Os auditores fiscais, incapazes de dar continuidade aos Projetos de Fiscalização Rural, torcem para que o esforço dos anos anteriores não tenha sido em vão.

Não há como precisar a dimensão dos cortes orçamentários para o setor de fiscalizações. A última informação sobre a redução de verba para diárias e transporte de pessoal foi divulgada em 2011. Naquele ano, a pasta estabeleceu em R\$ 11,9 milhões o limite de gastos para o deslocamento de auditores, quase doze milhões a menos que a previsão inicial. Em entrevista ao *Jornal do Senado*, a então presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sinait), Rosângela Rass, afirmou que “a redução é um baque muito grande, pois 80% do total das despesas são relativos a passagens e diárias para fiscalizações rurais”.

A auditora fiscal da SRTE de Santa Catarina, Lilian Rezende, não realiza uma operação no campo desde abril de 2015. A rotina de trabalho era cumprida basicamente em frente ao computador, acompanhando as autuações realizadas até o ano passado e despachando documentos solicitados por procuradores. Ela trabalhava sozinha em uma sala que teria espaço para mais três fiscais. Após oito anos de atuação como auditora fiscal, Lilian passou a exercer exclusivamente a atividade sindical.

A auditora afirma que as condições dos trabalhadores da erva “subiram um degrau ou dois porque se fez uma fiscalização severa, e teriam melhorado mais se o governo realmente tivesse interesse nisso”. Diante desse cenário pouco promissor, aumentam as chances de retrocessos nas condições de trabalho. “O triste no direito do trabalho é que as conquistas do trabalhador estão sempre correndo risco”, desabafa.

Em 2014, a 20ª turma do MPT ajuizou uma Ação Civil Pública contra a União Federal, solicitando que o Estado cumprisse a convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina “que o número

de inspetores do trabalho será suficiente para garantir o desempenho efetivo das funções do serviço de inspeção". O processo tramita no Tribunal de Justiça do Trabalho de Aracaju, no Sergipe, e pode obrigar o governo federal a contratar 862 auditores fiscais.

De acordo com o texto da Ação, há 3.644 vagas para auditores no Brasil, mas apenas 2.782 estão preenchidas. Além de normalizar o quadro de funcionários, o MPT sugere que a União garanta a presença de um fiscal para cada 10 mil trabalhadores – ou seja, triplique o número de auditores em atividade no país.

Um estudo realizado em julho de 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstra que a quantidade de funcionários designados para essa função se manteve estável nos últimos 20 anos. No entanto, o número de trabalhadores passou de 52 para 73,9 milhões entre 1990 e 2009. Baseado em um cálculo que relaciona o número de auditores fiscais ao grau de descumprimento da legislação trabalhista, o Ipea concluiu que seria necessário contratar 5.798 novos funcionários.

Cibelle Farias atua desde 2010 na Procuradoria do MPT em Guarapuava, no Paraná, que responde por 39 localidades da região Sudeste e Sudoeste do estado. A procuradora enfatiza que as duas instituições – MPT e MTE – realizaram um extenso trabalho no combate do trabalho escravo, mas a atuação está aquém da necessidade. "O Brasil se comprometeu a erradicar [o trabalho em condições análogas à escravidão] até esse ano, mas isso será extremamente difícil", lamenta.

A empatia por determinados temas pode influenciar o trabalho dos procuradores, de acordo com Cibelle.

Os processos relativos ao trabalho escravo, que muitas vezes exigem deslocamentos a municípios do interior, são considerados menos importantes. “A grande maioria não gosta de ir a campo, vai tudo por análise documental e informações. [Se questionados,] os colegas vão dizer que não fizeram concurso para auditor fiscal do trabalho”, observa.

Além da falta de afinidade com o tema, o número reduzido de denúncias prejudica as ações de combate ao trabalho escravo. “Como quase não há denúncia, passa por ‘não tem mais isso [trabalho análogo à escravidão] aqui. Não tem denúncia, está tudo normal’”, acrescenta a procuradora Bruna Bonfante. Sem um monitoramento constante das culturas, torna-se difícil flagrar irregularidades.

No Rio Grande do Sul, estado com o maior número de indústrias de erva-mate, Flávia Bornéo Funck ocupa o cargo de procuradora do MPT há dois anos e confessa que não teve “a oportunidade de fiscalizar as ervateiras ainda”. A Procuradoria de Passo Fundo, onde Flávia Funck está lotada, abrange 123 municípios, incluindo as 31 localidades do polo ervateiro do Alto Uruguai. “O auditor fiscal disse que teria uma região, que seria de Arvorezinha, Ilópolis, que teria que ser fiscalizada e ainda não foi”, lembra.

Quando assumiu o cargo, a procuradora teve uma conversa inicial com auditores fiscais do estado que sugeriram que os principais ervateiros da região assinassem um TAC em 2014: “Não foi feita nenhuma fiscalização naquele momento, mas eles estavam cientes que deveriam cumprir as normas”.

A criação de empresas de compra e venda para mascarar o vínculo empregatício, combatida no Paraná e Santa Catarina, ocorre sem impedimentos no Rio Grande

do Sul. “Os auditores daqui consideram que não é uma terceirização ilícita, desde que essa empresa terceira cumpra todas as normas exigidas”, explica a procuradora.

De acordo com os dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, as operações de fiscalização de combate ao trabalho escravo no Rio Grande do Sul começaram em 2005. Até hoje, foram 300 trabalhadores resgatados em 29 operações, o menor número da região Sul.

As operações de fiscalização rural no estado gaúcho estão paradas desde o começo de 2016. O auditor fiscal responsável pela área, lotado no município de Lajeado, a 130 km da capital Porto Alegre, está de licença médica. O coordenador do setor de segurança e saúde da SRTE do estado, Sérgio Garcia, afirma que os auditores seguem os planos de ação definidos para cada fiscalização. Sobre o número reduzido de autuações às ervateiras, Sérgio rebate: “Não existe esse de número baixo, número alto. O que existe é um projeto de fiscalização para o setor que tem que ser cumprido, e depois repassamos esses números a Brasília”, argumenta. “Se tem pouca ou muita [fiscalização], não quer dizer muita coisa”, completa.

No Paraná, o auditor fiscal Maurício Pavesi substituiu Luize Surkamp na coordenação do Projeto de Fiscalização Rural, em 2014. Ele afirma que as ações de combate ao trabalho escravo deram um resultado satisfatório, e as empresas que firmaram TACs conseguiram promover as mudanças solicitadas. “Dentro do possível, conseguimos dar conta da fiscalização rural no estado do Paraná”, assegura. Maurício afirma que as culturas são fiscalizadas, na maioria das vezes, apenas quando há denúncias “que

tenham algum fundamento”. O levantamento e a busca ativa de informações, outrora feita por Luize Surkamp, acontece em poucos casos agora.

Longe das vilas sem pavimentação e saneamento básico que abrigam tarefeiros no Paraná e em Santa Catarina, deputados e senadores que representam os interessantes de grandes produtores rurais tentam alterar o conceito de trabalho escravo definido pelo artigo 149 do Código Penal. O Projeto de Lei 3842, escrito em 2012 pelo então deputado Moreira Mendes (PSD-RO), pretende modificar o texto, incluído na legislação em 1940.

Em 2003, foi promulgada a Lei 10.803 que altera o artigo 149 do Decreto-Lei 2.848 de 1940. Na ocasião, foi incluída a submissão a jornadas exaustivas e a condições degradantes como elementos que caracterizam o trabalho escravo, e manteve no texto a tipificação dos casos em que há servidão por dívidas e cerceamento do direito de ir e vir. A pena para empregadores que cometem essa prática é de dois a oitos anos de prisão e multa correspondente à violência praticada.

O objetivo dos parlamentares interessados na proposta é suprimir os termos “jornadas exaustivas” e “condições degradantes” do texto que criminaliza a prática. Para os defensores da alteração, ambos os termos são “vagos” e não há referências claras na lei para pautar o resgate de trabalhadores e determinar quando há uma situação análoga à escravidão. O deputado autor do PL 3842 era membro da Frente Parlamentar para a Agropecuária e apoiava o projeto de emenda constitucional que transfere ao Congresso a competência de demarcação de terras indígenas. Em 2014, ele recebeu de uma agropecuária de Rorai-

ma as únicas doações para sua campanha ao Senado.

A alteração do texto que trata sobre o tema pode ser considerada uma manobra da bancada ruralista para enfraquecer a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) do Trabalho Escravo, promulgada em junho de 2014 após 19 anos de tramitação no Congresso. A emenda permite o confisco de propriedades rurais e urbanas onde trabalhadores tenham sido encontrados em situação análogas às de escravo e a destinação dos imóveis à reforma agrária ou ao uso habitacional urbano.

A PEC do Trabalho Escravo não está regulamentada. À época de sua aprovação, um acordo entre o governo e a bancada ruralista definiu que a expropriação de imóveis só deve ocorrer quando um empregador for flagrado explorando mão-de-obra em condições análogas à escravidão de acordo com a lei que tipifica esse crime.

A proposta de regulamentação da PEC é de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), ex-ministro de Michel Temer durante o afastamento de Dilma Rousseff. No Projeto de Lei 432, aprovado na Comissão Mista do Senado, Jucá exclui os termos “jornadas exaustivas” e “condições degradantes” dos elementos que caracterizam o trabalho escravo, além de proibir a divulgação da Lista Suja. “Para que tenhamos uma base jurídica mais clara a respeito dos limites da expropriação de propriedades rurais e urbanas, precisamos estabelecer um conceito legal aplicável ao trabalho escravo”, analisa Jucá na quinta página da proposta de regulamentação da PEC.

O coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil da OIT, Luiz Machado, explica que é difícil convencer que jornadas exaustivas são também elementos tipificadores do trabalho escravo,

especialmente para quem não trabalha com o tema. O representante da OIT no país afirma que “é mais fácil o argumento de que é subjetivo e que é necessário tirar os dois termos do conceito do trabalho escravo do que querer ajudar a lei”. Para Machado, o empregador deveria não apenas se adequar às normas, mas “ajudar a dar clareza aos elementos que são gravíssimos e violam a dignidade da pessoa”.

Em maio de 2015, a proposta de alteração da lei sobre o trabalho escravo foi aprovada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei está, desde maio do ano passado, parado na Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Já a proposta de regulamentação da PEC do Trabalho Escravo precisa ainda da apreciação dos senadores integrantes da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado.

Enquanto persiste o “toma lá, dá cá” em Brasília, novos trabalhadores rurais se somam às condições degradantes da colheita. Do Sul do Paraná ao Norte do Rio Grande do Sul, as novas gerações das famílias tarefas repetem, com poucas diferenças, a trajetória de seus antepassados caboclos. Centenas de jovens em General Carneiro, Bituruna, Palmas e Catanduvas trabalham com erva-mate ou são empregados em atividades não menos exaustivas, como a extração de madeira ou a construção civil.

Há três anos, Anderson dos Santos Camargo trabalhava na colheita da erva-mate em uma fazenda no interior de Bituruna. Ele e um primo, ambos com 15 anos na época, estavam na primeira semana de empreitada. Os dois jovens viviam como mandava a tradi-

ção do corte da erva: dormiam no chão do galpão de madeira, tomavam banho de sanga e esquentavam a pouca comida que tinham em um fogareiro improvisado, feito com toneis de alumínio.

Um homem conhecido como “Nirso”, de Ponte Serrada, era o patrão que os levava à fazenda com a promessa de um bom salário no final da quinzena e de todos os mantimentos necessários. Depois de três dias, o patrão não apareceu mais. “Eu não ia ficar lá passando fome. Pior que era no meio do mata, não sabia nem para qual lado ir”, lembra Anderson.

Com frio e fome, os primos fugiram da fazenda montados em dois cavalos. O destino era um assentamento nos arredores de Bituruna, onde um tio de Anderson morava. No acostamento da rodovia, eles acompanhavam com os olhos os veículos que trafegavam pela PR-170. De um lado a outro da estrada, os campos de Araucárias se repetiam e os pequenos pés de erva-mate cultivada os seguiam durante os 45 km percorridos. A saga quixotesca de Anderson, ao lado do primo, durou pouco. Na semana seguinte, outras empreitadas – ora melhores, ora piores – os esperavam.

Anderson luta na erva desde 2008, quando completara 10 anos. Ele lembra que já morou “em tudo o que é canto” com o trabalho na erva. “No assentamento do Lindomel era em uma casa; em Ignácio Martins era 30 dias no mata; em Bituruna parei em barraco de lona”, lembra. O jovem tarefeiro estudou até a 4ª série, quando começou a trabalhar com o tio.

Conhecido pelos vizinhos como “Russo”, o tio de Anderson se chama Nivaldo dos Santos, tem 38 anos e é pai de cinco filhos. Com a esposa e o sobrinho, a família

mora na última casa de uma servidão estreita de chão batido do Lagoão, um dos bairros mais pobres de Palmas, no Sudoeste do Paraná.

A casa da família Santos, construída acima do nível da rua, foi feita com madeira e compensado. Por uma escada estreita se chega a varanda, que dá acesso à cozinha e aos quartos. O banheiro fica do lado de fora, e é a única peça em alvenaria. No reboco da parede, próximo à porta, um aviso intimida os visitantes de primeira viagem: “Mata sem medo”.

Russo é responsável por uma turma de cinco tarefeiros. Eles embarcam às seis da manhã em uma velha caminhonete para podar a erva-mate que será fornecida a três pequenas indústrias da região. O tarefeiro vende 15 kg de erva no pé por R\$ 14,00. Descontados os custos de transporte e de pagamento ao produtor – R\$ 10,00 por arroba –, sobra pouco para dividir entre os outros trabalhadores, que compram o equipamento com seu próprio dinheiro. Nenhum deles tem carteira assinada.

Há seis meses, Anderson caiu de uma erveira de oito metros enquanto podava um galho. Na queda, cortou-se com o facão. “Fiquei com as mãos sem mexer, achei que ia perder os dedos”, conta, traumatizado. O jovem tentou pedir ajuda ao capataz que lhe oferecera o trabalho e avisou que, se ele negasse, “ia procurar seus direitos”. O patrão prometeu ajudar, mas não fez nada: “Eu me curei com os remédios da mata mesmo”.

Recuperado da queda, a preocupação do dia para Anderson era a de se livrar do cavalo que jazia morto nos fundos do quintal. “Não sei o que aconteceu. Pior é que a gente usava ele para arrastar os raídos”, lamenta. Os tarefeiros costumam trabalhar de segunda

à sábado, mas, com chuva forte, Anderson e o tio não saíram para o corte de erva-mate.

Nos fundos do terreno da casa do tio, o jovem tarefeiro divide olhares vagos entre o cavalo morto e as roupas que pegam chuva no varal. Cabisbaixo, Anderson conta que perdeu os documentos. Não se lembra como, mas, quando foi seu RG e CPF, não os encontrou. “Carteira de trabalho eu nunca nem fiz”, afirma.

Apesar dos poucos anos de estudo, ele começou dois cursos profissionalizantes na cidade, mas abandonou antes da formatura. “Sei que minha vida é trabalhar na erva”. Sem registro profissional, sem documentos, sem estudo. Anderson dos Santos Camargo não é ninguém para o Estado.

Com mais que o dobro da idade de Anderson, a tarefeira Neide Salete Bonzano tem cinco filhos e trabalha na erva-mate desde que começou a morar em Marechal Bormann, distrito industrial de Chapecó, na divisa com o Rio Grande do Sul. Ex-esposa de um trabalhador do Mato Grosso, ela assumiu a tarefa de criar os filhos quando o então marido abandonou a família e voltou à terra natal.

A mulher alta de voz firme tem uma trajetória diferente da maioria dos tarefeiros. Foi uma das conselheiras do Orçamento Participativo da cidade, atuou como suplente na Câmara de Vereadores e voltou a estudar em um Centro de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Chapecó, no período da noite. Neide admite que gosta de “comprar brigas”, sempre que necessário. “Eu sou política. Está no meu sangue. Eu faço pelo o que é certo e não importa a quem vai doer”.

Foi em parte por pressão dela que as ruas começaram a ser pavimentadas no Marechal Bormann, e os serviços dos Correios e da Caixa Econômica passaram a funcionar no bairro. No alto do morro onde vive, a tarefaira orgulha-se da casa de dois quartos que construiu com a ajuda da Prefeitura, cujos programas de habitação também beneficiaram dezenas de vizinhos. Até o natal passado, Neide e os filhos moravam em um rancho de madeira improvisado.

Em 2006, Neide Salete Bonzano e outros 20 trabalhadores do bairro tentaram criar uma cooperativa para os cortadores de erva – a ideia era “organizar a categoria e ganhar mais”. A vontade surgiu quando a tarefaira trabalhava “no frio” para a Erva-Mate Ouro Verde e realizava a mesma atividade que o seu atual patrão, Juca Tormen. Por quatro anos, ela foi responsável por levar uma turma de tarefeiros às fazendas de extração de erva e vendê-la no pé para a indústria.

Quando trabalhava como empreiteira, Neide ganhava quase a mesma quantia que os cortadores de erva. “Acho que eu era meia doida”, diz em tom de brincadeira. “Ninguém pagava mais que R\$ 15,00 por dia, e eu pagava R\$ 50,00 porque achava justo”. Neide enfatiza que pagava o mesmo valor que recebia aos tarefeiros porque acredita que “os direitos são iguais. Todo mundo está trabalhando no mesmo. Por que eu vou ganhar mais?”.

Assim que a cooperativa começasse a funcionar, a ideia era comprar erva-mate direto dos produtores, para que todos os tarefeiros cooperados recebessem o mesmo valor. Com poucos tarefeiros mobilizados e sem agentes públicos dispostos a ajudar, o projeto jamais saiu do papel.

Na época em que a cooperativa seria criada, em

2006, os patrões da região pagavam R\$ 1,00 por arroba, sem carteira assinada. Funcionária dos Tormen há quatro anos, Neide recebe R\$ 2,70. Se a safra é boa, ela chega a ganhar R\$ 100,00 por dia. “Agora, com esse tempo chuvoso, tiro, no máximo, R\$ 60,00”, lamenta.

Cansada, a tarefaira reconhece que não é mais a mesma militante que um dia sonhou em fundar a cooperativa. “Eu já batalhei bastante por Chapecó. Agora eu parei, estou pensando mais mim, em trabalhar”, admite. Desacreditada com a política e com o poder da mobilização popular, Neide pretende investir o dinheiro do seu trabalho na família e na casa.

Antes de servir o almoço, porém, deixa escapar um desejo que remete à Neide de outros tempos: “Acho que vou me candidatar a vereadora na próxima eleição”. Ela sabe que, mesmo longe e às vezes alheia as necessidades dos tarefairos, é na arena política de Chapecó, capital brasileira da agroindústria, que pode se dar a lenta mudança na valorização da mão-de-obra do trabalhador rural.

Ano após ano, a erva-mate chega a lares cada vez mais distantes. O avanço tecnológico das indústrias erva-teiras contrasta com as condições da colheita que, em diferentes níveis, permanece rudimentar e precária como há três séculos. No corte da erva, assim como em outras culturas do Brasil rural, carteira assinada não é garantia de trabalho digno.

A desigualdade na disputa entre trabalhadores e patrões por direitos previstos em lei se dá também na colheita do tomate que colore as saladas da cidade, na extração da madeira usada no assoalho de repartições públicas e na fabricação das roupas que vestem os con-

sumidores de redes *fast fashion*.

Audidores fiscais e procuradores do MPT concordam que o cumprimento da legislação trabalhista, no que se refere a tarefeiros da erva-mate e outros assalariados rurais, não está assegurado sem fiscalização e vigilância constante. Cúmplices do descaso que mantém milhares de trabalhadores em casebres sem saneamento básico, os representantes do agronegócio em Brasília tolhem os avanços no combate ao trabalho escravo.

Inconformados com seus destinos ou entregues à própria sorte, os tarefeiros continuam preocupados em garantir a próxima refeição. Flávio, José, Zenita e Anderson sequer entendem o porquê de tanta discussão. Falar em direitos básicos, depois de anos de exploração, lhes soa como piada de mau-gosto.

